

# POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - e-mail: [povolive@psd.pt](mailto:povolive@psd.pt)

José Luís  
Moreira da Silva

## Editorial

### A MEIO DO CAMINHO!

O Governo celebrou, com a euforia e o pendor mediático que o caracteriza, os seus dois anos de governo, varrendo para longe dos holofotes o número de desempregados mais elevado das últimas décadas, a falta de confiança económica e o estrangulamento da classe média.

A Oposição celebrou igualmente, pouco tempo depois, também dois anos, mas de caminhada árdua e difícil, com a humildade própria de quem não precisa de levantar a voz ou a cabeça para ser ouvido e compreendido pelos portugueses que sofrem com este Governo.

Foi em Abril de 2005 que Marques Mendes assumiu a presidência do PSD, no Congresso de Pombal. E que dois anos!

Permitam-me recordar aqui a luta sobre humana pela credibilização do sistema político e dos políticos, que foi desde o primeiro momento uma das missões a que se propôs. Trabalho hercúleo e bem contra estratégias meramente eleitoralistas e populistas.

Missão logo concretizada nas eleições autárquicas de Outubro de 2005, com enormes custos políticos e chuva de críticas de todos bem recordadas, com percas de Câmaras importantes, mas também e o mais importante de tudo, com o apoio dos Portugueses, concretizado numa vitória esmagadora e na conquista da maioria das Câmaras do País.

Logo seguido do apoio a Cavaco Silva para as eleições presidenciais no início de 2006. E nova vitória eleitoral, com o primeiro Presidente da República eleito da área do PSD.

Não esquecendo que estas duas sucessivas vitórias eleitorais foram conseguidas após o PSD ter perdido as legislativas de 2005, com uma derrota humilhante e um dos piores resultados de sempre (embora claramente injusto!).

Em 2006 Marques Mendes procedeu à reorganização do PSD, convocando um Congresso para cumprir uma sua promessa eleitoral: as eleições directas para Presidente do PSD. Eleições logo realizadas em Maio, onde Marques Mendes foi reeleito por maioria clara, com uma afluência enorme dos Militantes.

Seguiram-se os desafios à Governação: o Pacto para a Justiça e para a Segurança Social, o desafio do crescimento económico para níveis iguais aos nossos parceiros da Comunidade Europeia. Propostas sérias em confronto com mera propaganda governamental.

A Oposição do PSD é hoje credível e respeitada, tal como é ouvida pelos Portugueses e sem necessidade de berros histéricos. É uma Oposição que resiste a populismos de direita e a provocações do Governo.

Uma Oposição a meio do caminho desta aventura muito séria de reconquista do poder, até 2009. A bem dos Portugueses e de Portugal!

## Debate Mensal

# Marques Mendes acusa Sócrates de tentativas de controlo da comunicação social



## Destaques:

**Presidente insiste na denúncia do projecto de poder pessoal de Sócrates**

Pag. 2 e seguintes

**Miguel Macedo acusa Governo de falta de medidas de fundo para a agricultura**

Em "Actividades do PSD"

**"Uma atmosfera propícia ao medo e ao receio do exercício da liberdade crítica" – Paulo Rangel, na AR, em 25 de Abril**

Em "Actividades do PSD"

Actividades do Presidente

## Marques Mendes no Poceirão exorta o governo a estudar alternativas à Ota

O nosso Presidente, Luís Marques Mendes, considera que a escolha da Ota para localização do futuro aeroporto de Lisboa não pode ser apresentada como um facto consumado e exortou o governo a estudar outras alternativas como o Poceirão.

«Um aeroporto é uma infra-estrutura importantíssima para décadas e, por isso, é fundamental que se encontre a solução mais económica, porque Portugal não é um país rico, e a melhor solução do ponto de vista do ordenamento do território», salientou o líder do PSD, depois de uma visita à zona do Poceirão (Palmela), que tem vindo a ser apontada por alguns técnicos como um espaço privilegiado para a construção do novo aeroporto de Lisboa.

Para Marques Mendes, não há nenhum técnico que não diga que há alternativas melhores do que a Ota. «Esta teimosia do governo é muito cara e pode hipotecar o futuro. Aos políticos compete mandar estudar as soluções possíveis, não impeçam é que Faias, Poceirão, Rio Frio, Porto Alto, seja o que for, nesta zona, sejam estudados», reiterou, lembrando que esta visita se justifica porque o Poceirão é «uma boa alternativa à OTA - mais barata, mais económica, mais eficaz e mais operacional».

Antes, o professor Paulino Pereira, da Secção de Urbanismo, Transportes, Vias e Sistemas do Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura do Instituto Superior Técnico, fez uma exposição sobre as vantagens da construção do novo aeroporto de Lisboa na margem sul do Tejo. Paulino Pereira começou por lembrar que o Estado Novo tinha previsto a construção do novo aeroporto de Lisboa num terreno de 4.000 a 5.000 hectares e que mais tarde, em 1999, foram apontadas duas localizações possíveis - Rio Frio Este/

Oeste e Rio Frio Norte/Sul, assegurando que a Ota nunca teve vantagens relativamente a qualquer uma destas duas alternativas. «Para eliminar Rio Frio, foi feito um estudo ambiental que merece as maiores reservas, porque se consideraram alguns itens perfeitamente fora de contexto, como por exemplo o próprio montado de sobre, que não permitia eliminar determinadas zonas, e o aquífero, sabendo nós que na zona de Montejunto e na Ota, os aquíferos são precisamente recarregados pelos circuitos de aproximação dos aviões», disse.

«Por outro lado, também é preciso ter em consideração que no capítulo relativo à colisão das aves, um dos aspectos que levou ao chumbo ambiental desta zona foi, parece, como foi dito por um colega do IST, o facto de [o estudo ambiental] ser bastante coxo».

O estudo, segundo este técnico, «não tem características nenhuma nem as condicionantes que lá foram apresentadas têm a mais pequena lógica», acrescentou, defendendo a realização de novo estudo ambiental na margem sul do Tejo.

Paulino Pereira criticou também a alegada dualidade de critérios que terá existido com a opção do governo de instalar uma plataforma logística no Poceirão, na mesma zona que foi chumbada por razões ambientais para a construção do novo aeroporto de Lisboa.

«Entendo que esta zona vai ter capacidade para se tornar o grande nó ferroviário, rodoviário e de ligação aos portos e o grande aeroporto de Lisboa. Tudo isto precisa de apoio logístico e a opção de terem posto aqui a base logística do Poceirão, a maior do país, tem toda a lógica», manifestou o professor do IST, contrapondo as limitações existentes na zona da Ota.

Assegurando que nunca viu ninguém



defender a Ota sob o ponto de vista de engenharia ou de linha aérea, Paulino Pereira concluiu que a Ota «é uma má solução» e que a Península de Setúbal «tem características fantásticas» para a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa.

### Debate Mensal

(Algumas notas)

#### Marques Mendes acusa Sócrates de tentativas de controlo da comunicação social

As acusações do PSD de que o Governo tem um projecto de controlo dos media levaram hoje a uma dura troca de palavras entre Sócrates e Marques Mendes, com o primeiro-ministro a dar o flanco e a refugiar-se na crítica habitual as «lamentáveis suspeições» lançadas pelos sociais-democratas.

Ao contrário do que seria de esperar, o tema foi introduzido no debate pelo próprio primeiro-ministro, que assinalou a sua «estraneza e curiosidade pelo líder do PSD não ter levado essa questão ao debate».

«É estranho e curioso não trazer este tema», disse José Sócrates, já no final da segunda réplica às intervenções de Marques Mendes, depois de no discurso da sessão solene do 25 de Abril os sociais-democratas terem denunciado um clima de «claustrofobia democrática» e considerado que Marques Mendes não levou a questão do controlo da comunicação social ao debate, nomeadamente a nomeação do ex-deputado do PS Pina Moura para a administração da TVI, por saber «que não tem razão nas críticas».

Esta extemporânea intervenção de José Sócrates, que parece revelar a sua incomodidade e má consciência na nomeação em causa, levou o líder do

PSD a pedir novamente a palavra para «defender a honra», tendo Marques Mendes devolvido as acusações e recusado igualmente a receber lições «em matéria de coragem» do primeiro-ministro.

«O senhor tem um projecto de poder pessoal de controlo na comunicação social, na justiça e nos centros de decisão económica», insistiu Marques Mendes, classificando como «vergonhosa, um escândalo e uma promiscuidade» a nomeação de Pina Moura para a administração da TVI.

«O senhor tem um projecto de acumular poder», frisou Marques Mendes, alertando para que «é por aí que normalmente os Governos caem».

Antes desta troca de palavras, logo na sua primeira intervenção Marques Mendes elogiou as medidas anunciadas pelo primeiro-ministro em matéria de licenciamento, adiantando que se forem para ser postas em prática terão «o total acordo» do PSD.

Mas a construção do futuro aeroporto da Ota, a requalificação das urgências e o referendo do Tratado Constitucional da União Europeia foram os assuntos principais levados ao debate por Marques Mendes, que desafiou o primeiro-ministro a «parar com a teimosia» e mandar fazer novos estudos sobre o novo aeroporto internacional de Lisboa.

«É lamentável é o autismo do Governo», disse Marques Mendes.

Quando Marques Mendes criticou a requalificação das urgências, que disse serem feitas com base em meros «critérios matemáticos», o primeiro-ministro tentou devolver as críticas, acusando o PSD de se limitar a aproveitar os «descontentamentos locais», o líder social-democrata assegurou que «Não é demagogia, é sensibilidade humana». – **Fontes: PL, DN, Lusa, TSF; fotos GP/PSD**





Actividades do PSD

# Na Assembleia da República Paulo Rangel nas comemorações do 25 de Abril

O deputado Paulo Rangel fez a oração oficial da bancada do PSD no Parlamento, com a seguinte intervenção:

O 25 de Abril é o momento de homenagear todos aqueles que – com as amarras e as restrições da sua contingência – fundaram a democracia.

A democracia é, no entanto, e sob pena de contradição nos próprios termos, um regime político “aberto ao tempo”, ao tempo e ao seu “livre decurso”, ao tempo e ao seu “livre devir”.

Neste sentido, a democracia tem de garantir a cada nova geração a possibilidade de decidir do seu próprio destino. Uma democracia que não deixe liberdade de escolha, de “autodeterminação” e de “auto governo” às “gerações seguintes” ou – como agora se diz – às gerações futuras não é, não será nunca, uma verdadeira democracia.

A democracia vem, portanto, a ser, de entre todos os regimes políticos, aquele que menos deve aos seus fundadores – ainda que lhes possa dever muito... Na verdade, ela tem de ser diuturnamente sufragada pela vontade, pelo empenho, pelo zelo e pelo escrúpulo – para usar uma palavra com pergaminhos na teoria política, pela “virtude” – dos que, em cada geração renovada, se sucedem.

Celebrar a democracia e a liberdade não é, por isso, só e tão-só queimar incenso na ara dos que, temerários e lúcidos, fundaram o regime democrático. Celebrar a democracia e a liberdade é também prestar homenagem a todos quantos têm contribuído para consolidar, enraizar e aperfeiçoar a vida democrática. Comemorar Abril pode



ser, por isso, outrossim celebrar os que têm vindo a construir a democracia ao longo destes 33 anos e, já agora, todos nós, portugueses, que a fazemos, madrugada a madrugada, com ou sem cravo na lapela.

Porque também nós, com a nossa responsabilidade geracional, fazemos democracia – fazemos a democracia –, não podemos nesta data alhear-nos das ameaças e das nebulosas que a espreitam e envolvem.

Repito, sem medo nem receio das palavras: as ameaças e as nebulosas que espreitam e ensombram a qualidade da nossa democracia.

Resolvido que está, com a legitimidade eleitoral maioritária no Parlamento, o problema da democracia formal, preocupam-nos

sobremaneira os problemas da democracia material ou até certos pilares da dita de-mocracia processual.

Não é por acaso, que se ouvem insistentemente vozes a clamar e reclamar por uma democracia de qualidade, substantiva, material, uma democracia de valores, assente nas regras do respeito, da verdade, da tolerância e do pluralismo.

Mas, Senhor Presidente da República, senhor Presidente da Assembleia, senhoras e senhores Deputados, como garantir e realizar essa democracia de valores, essa república da tolerância e do pluralismo, se nunca como hoje se sentiu uma tão grande apetência do poder executivo para conhecer, seduzir e influenciar a agenda

mediática?

Como podem assegurar-se as condições lineares do debate democrático, do debate aberto e franqueado no espaço público, se esse impulso de sedução e domínio perpassa do alinhamento e da agenda, para o controlo mais directo ou indirecto de órgãos de comunicação ou das suas estruturas de gestão?

E não falámos apenas e só da política de comunicação – verdadeira prima inter pares do poder executivo deste tempo – nem da conivência ou da banalização e vulgarização dos contactos institucionais com jornalistas, nem das nomeações de administradores ou editores convenientes, nem das soluções legislativas que ava-liam e adjectivam a qualidade do jornalismo.

Falamos também – e com farta preocupação – da liberdade de expressão individual e da sua evidente castração. Também o cidadão comum, trabalhador ou empresário, desempregado ou quadro médio, estudante ou funcionário público sofre e padece o efeito de tenaz da crise económica, por um lado, e da dependência estatal, pelo outro. A conjugação de uma grave situação económica com um discurso oficial de pensamento único, de auto-elogio maniqueísta e de optimismo compulsivo produz uma atmosfera propícia ao medo e ao receio do exercício da liberdade crítica e da assunção pública da divergência. Não, não são só os media; é também a sociedade portuguesa que está condicionada.

Nunca como hoje, em décadas de democracia, se sentiu este ambiente de condicionamento da liberdade. Do ponto de vista dos valores processuais



da liberdade de opinião e da liberdade de expressão, vivemos, aqui e agora – ai de nós! – num tempo de verdadeira “claustrofobia constitucional”, de verdadeira “claustrofobia democrática”.

Mas se esta concentração do poder de influência é uma das mais inquietantes dimensões sociológicas dos dias que correm – que em Abril, mais do que em qualquer outra jornada, cumpre denunciar – a verdade é que esse apetite cresce e fermenta agora para o poder de mando, o poder de coerção.

Com efeito, o poder executivo prepara-se – pelo menos assim anunciou – para legitimar, com a chancela da lei, a total concentração do poder de mando civil, do chamado poder policial.

A designada reorganização da segurança interna e das forças de segurança consubstancia uma centralização do poder policial, que põe em causa garantias elementares do Estado de Direito democrático e é totalmente alheia à nossa tradição e cultura.

A tentativa de consumir esta concentração, e de assim, “governamentalizar” e “politizar” as matérias de segurança e até de investigação criminal tinha já sérios precedentes.

Agora, porém, vai-se mais longe e cria-se, sob alçada do chefe do executivo, um secretário-geral, que tanto coordena como ordena e que passará a tutelar todos os corpos policiais, aí incluída a Polícia Judiciária. O qual, para mais, se articula com os ser-  
viços de informações, acumulando todo o poder policial do Estado numa só fonte, numa só sede, numa só pessoa: juridicamente, o secretário-geral; virtualmente, o chefe do executivo.

Tudo isto, a par da criação de um Conselho Superior de Investigação Criminal, presidido também pelo chefe do executivo, em que tem assento o Procurador-Geral da República, em posição estatutária de alto funcionário, subordinada e nunca antes assumida,

Senhor Presidente da República, senhor Presidente da Assembleia, senhoras e senhores Deputados, como compatibilizar essa nobre aspiração

de qualificar a democracia, de a tornar numa democracia de valores, se as liberdades mais elementares – aquelas que podem ser postas em causa pelas funções de segurança, de inteligência e de investigação criminal – ficam à mercê de uma organização piramidal, todo-poderosa, que desconhece as mais básicas regras de desconcentração do poder?

Como aperfeiçoar um sistema democrático, se ao fim de trinta anos de experiência e maturação, esse sistema declina, desliza e derrapa para um modelo simplista e “concentracionario” do “Grande Intenden-te”, que tudo supervisiona, tudo tutela, tudo vigia?

Senhor Presidente da República, senhor Presidente da Assembleia da República, senhoras Deputadas e senhores Deputados, a luta pela liberdade de expressão e pela integridade das garantias de defesa criminal – só asseguradas por um modelo de não concentração do poder policial – pertence ao património ideológico nuclear do PSD e teve, mesmo antes de 1974, em Sá Carneiro, um dos seus mais distintos protagonistas.

Para a nossa geração, celebrar Abril e fazer democracia é justamente denunciar – num tempo de letargia cívica e de anestesia cidadã –, sem medos, com serenidade e com exigência os novos perigos e ameaças para a liberdade dos cidadãos. Fizemo-lo aqui hoje, sob o signo poético e profético dos versos encorajantes de Sofia:

Serenamente sem tocar nos ecos  
Ergue a tua voz  
E conduz cada palavra  
Pelo estreito caminho  
Vive com a memória exacta  
De todos os desastres

Aos deuses não perdoes os naufrágios

Nem a divisão cruel dos teus membros.

No dia puro procura um rosto puro

Um rosto voluntário que apesar  
Do tempo dos suplicios e dos nojos  
Enfrente a imagem límpida do mar.

Disse. – Fonte: GP/PSD

## PSD acusa o Governo de “arrogância” ao tentar minimizar o Tribunal de Contas

O secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, acusou no dia 28 o Governo, de adoptar uma atitude “arrogante” em relação às conclusões do Tribunal de Contas (TC) sobre gastos e nomeações em gabinetes ministeriais, incluindo no do primeiro-ministro, José Sócrates.

Em declarações à informação, o secretário-geral do PSD começou por observar que o TC “confirmou agora todos os reparos constantes num seu anterior relatório sobre gastos exagerados e nomeações excessivas para os gabinetes ministeriais, entre eles o do primeiro-ministro”.

“Em vez de tentar corrigir a situação e mudar, o Governo comporta-se com arrogância e tenta minimizar os reparos do TC”, lamentou Miguel Macedo.

Numa auditoria sobre os gabinetes ministeriais e dos primeiros-ministros dos últimos três anos (incluindo os governos de Durão Barroso, Pedro Santana Lopes e José Sócrates), o TC elaborou um relatório em que concluiu haver transferências financeiras sem justificação para outras entidades, opacidade em múltiplos despachos de recrutamento do pessoal para os gabinetes e discricionariedade nas remunerações deste pessoal.

O secretário de Estado da Presidência, Jorge Lacão, negou validade a estas conclusões do TC, argumentando que só um por cento das transferências financeiras detectadas por este tribunal diziam respeito a despesas de funcionamento dos gabinetes ministeriais, decorrendo as restantes 99 por cento da legislação em vigor.

O gabinete de José Sócrates teria nomeado 148 assessores. Numa deliberação aprovada terça-feira passada, o TC recusou ter cometido erros materiais.

### Miguel Macedo acusa Governo de falta de medidas de fundo para a agricultura

O secretário-geral do PSD acusou o Governo de, em dois anos, não ter tomado “quaisquer medidas de fundo que pudessem reverter a situação da agricultura” portuguesa.

Miguel Macedo falava no encerramento de uma sessão de balanço de dois anos de governação nas áreas da agricultura e do mundo rural, que hoje decorreu na Estação Zootécnica Nacional, em Santarém, e que contou com a participação das principais confederações do sector.

O dirigente do PSD acusou, nomeadamente, o Governo de “irresponsabilidade” ao não garantir a acreditação do novo serviço de financiamento da agricultura portuguesa (IFAP) “como o organismo pagador dos apoios comunitários à agricultura”.

“Com tal irresponsabilidade corre-se o risco de suspensão das transferências financeiras da União Europeia para a agricultura portuguesa”, afirmou, criticando ainda a reforma realizada no seio do Ministério da Agricultura.

Condenando a retirada de competências que haviam sido transferidas para as organizações representativas dos agricultores, Miguel Macedo referiu em particular a decisão do governo de assegurar directamente a apresentação de candidaturas dos agricultores aos apoios comunitários.

“Tendo o Governo decidido mudar de forma brusca e irreflectida o sistema, seria de elementar prudência que garantisse politicamente junto da Comissão Europeia o alargamento dos prazos das candidaturas”, disse, lamentando que essa tarefa tivesse sido deixada aos serviços técnicos, o que teve por consequência “uma resposta negativa da Comissão”.

Miguel Macedo lamentou ainda a “falta de iniciativas” na defesa dos interesses de Portugal no âmbito da negociação da organização comum de mercado do vinho, apesar das afirmações de que este é um sector estratégico.

O secretário-geral do PSD acusou ainda o Governo de ter elaborado o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) em “quase puro secretismo”, considerando-o um documento centralista, que volta a reforçar o aparelho do Estado na gestão do sector, e conservador, ao ignorar os biocombustíveis e estabelecer para a agricultura biológica metas “quatro vezes inferiores às que existem actualmente”. – Fonte: Lusa, PL, DN





Intervenção da Deputada Maria Ofélia Moleiro

# PAOD – 26 de Abril de 2007

## Declaração política de Interesse Relevante

Senhor Presidente  
Senhoras Deputadas  
Senhores Deputados

Venho hoje falar-vos da região de Leiria, que se estende por uma vasta área central do País, entre os distritos de Coimbra e Lisboa, Castelo Branco e Santarém.

Uma grande região, apresentando uma diversidade paisagística, geográfica e cultural, unida num espaço territorial do Distrito de Leiria.

Composta por 16 concelhos, também eles diversos, na densidade populacional, no tamanho territorial, na constituição geológica, no manto florestal.

Do mar à serra, passando pela planície, uma população de mais de 300.000 pessoas concentrada no litoral, escassa no interior norte, foi um dos poucos distritos que registou aumento populacional no último censo do Instituto Nacional de Estatística, realizado em 2001.

Nesta região, ferve um importante eixo industrial e de serviços Alcobaça-Leiria, Marinha Grande-Pombal, coexistindo com uma faixa litoral de grande importância turística e com o Pinhal Norte Interior, com seis concelhos de pequena dimensão, sofrendo de desertificação humana crescente.

Por tudo isto, pela posição geográfico-estratégica, bem como pelo contributo que a região dá ao País em exportações e Impostos, deveria ser uma região prioritária na política de coesão nacional do Governo.

Tal, porém, não acontece.

Em metade do mandato do Governo Socialista, o PIDDAC para o Distrito de Leiria passou-o do 10º lugar para 17º lugar, no ranking do Investimento da Administração Central.

Nas acessibilidades, absolutamente indispensáveis para mobilidade de pessoas e mercadorias, para redução dos custos das empresas, para desenvolvimento das zonas interiores, estão por fazer vias estruturantes indispensáveis:



IC 36 – troço e ligação da A8 à A7;

IC 9 – EN 1

IC 9 – variante de Porto de Mós

IC 3 – Tomar Coimbra

IC 8 – troço Pombal-Ansião e ligação a Castelo Branco

IC 2 – variantes da Batalha e Pombal

Conclusão da circular interna de Leiria

Modernização da linha do Oeste.

Para além da reparação e conservação de estradas regionais, fazendo do Distrito de Leiria um dos piores em condições rodoviárias e ferroviárias, apesar de ser atravessado pela A1 e pela linha ferroviária do Norte.

O IC 11 em Peniche continua sem traçado definitivo.

Para a zona do Pinhal Norte Interior, a construção do IC 3 entre Tomar e Coimbra é crucial para travar a crescente e profunda desertificação. Além disso, prevenirá situações de risco quanto à segurança rodoviária e servirá as populações isoladas de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

Esta será a principal via de penetração do interior centro, que reduzirá assimetrias gritantes entre municípios do Norte do Distrito e do Litoral.

Será um factor de desenvolvimento, pela atracção de investimento, resultante da instalação de empresas e consequente criação de postos de trabalho.

Mas o seu traçado está no impasse. Sem início à vista e muito menos conclusão.

O Distrito de Leiria era até há pouco tempo, caracterizado pela baixa taxa de desemprego, muito inferior à média nacional, e baixa taxa de mortalidade de empresas.

Nos últimos dois anos e meio a situação alterou-se dramaticamente.

Verifica-se um aumento considerável do desemprego, aproximando-se da média nacional, nalguns casos ultrapassando-a para o dobro, como é o caso de Peniche que se cifra em perto de 14%. Neste concelho, o fenómeno deve-se, essencialmente, à ausência de uma Política de Pescas em Portugal.

O número de falências de empresas duplicou, em parte por falta de programas de apoio às PME's e falta de benefícios fiscais em zonas desfavorecidas.

Mas o que mais impressiona é a realidade do Distrito quando nos lembramos da campanha de marketing Simplex.

Anunciada com pompa e circunstância pelo Governo, prometia mais de 600 medidas para simplificar a vida dos portugueses.

Para acabar com a tortura que é a relação dos portugueses com os serviços da Administração Pública.

Agora o que temos?

- Morta anunciada das Áreas Metropolitanas e Comunidades Urbanas;

- Reorganização dos serviços sem critério, prejudicando as populações, afastando-as da satisfação das suas necessidades básicas, de educação, saúde, etc.

- Esvaziamento dos concelhos do Interior e de menor dimensão;

Nalguns casos, para além do fecho de serviços, o PIDDAC atribuiu-lhes 0 Euros de investimento estatal.



Recentemente numa excelente reportagem de um órgão de comunicação social do distrito, sob o título “Burocracia deixa empresários a xanax” um entrevistado queixava-se que “muitas vezes a única forma dos empresários conseguirem lidar com a burocracia é recorrendo a ansiolíticos”.

Apelidava mesmo a burocracia de inimigo público nº 1. Segundo o empresário os efeitos da burocracia fazem-se sentir directamente no PIB. Porque a burocracia nos limita e faz com que perdamos mais tempo do que os outros empresários da União Europeia.

Ele conclui:

“Estamos num pântano de areia movediça. Quanto mais nos mexemos mais nos aprofundamos. Quando entregamos um documento, falta sempre outro. É uma luta perdida, constate, que só pode ser combatida com xanax e outros fármacos.”

É certo que o Simplex lançou a Empresa na Hora.

Mas a empresa é criada e depois leva anos a ser licenciada a unidade.

O pedido de mais um documento e outro e outro, vai servindo para prorrogar os prazos indefinidamente.

É este o Simplex no Distrito de Leiria e, certamente, no resto do País.

Sem colocar em causa a importância de medidas anunciadas pelo Simplex, consideramos que na génese da pretensa reorganização administrativa esteja um processo de regionalização sem consulta prévia dos portugueses.

O modelo de concentração de serviços nas CCDR's significa um grave retrocesso ao nível da prestação em quantidade e qualidade dos serviços públicos, em particular n as funções sociais do Estado especialmente relevantes para os cidadãos.

Consideramos que os níveis de desenvolvimento do Distrito exigem uma Administração Central de proximidade e eficiente na resposta aos cidadãos.

Podem e devem fazer-se ajustamentos, mas assentes no princípio da descentralização administrativa, institucionalizada no nosso País, que passa pelo associativismo municipal já organizado em áreas metropolitanas e com unidades urbanas. Os programas Operacionais do QREN desmantelam estas unidades por terem

como base territorial as NUTs.

Reordena-se assim o território, por imposição financeira.

Ainda ontem, 25 de Abril, o PSD acusava o Governo de nos fazer viver em claustrofobia constitucional.

É assim que vivemos no distrito de Leiria.

O Governo toma como realidade o anúncio. Engana toda a gente.

Temos hoje muito menos saúde em Leiria.

Foram encerrados os SAP's de Leiria e Figueiró dos Vinhos, o Serviço de Urgência do Hospital de Peniche.

Espera-se a construção do Centro de Saúde de Alvaiázere, Pedrógão Grande e Pombal e das Extensões do Juncal (Porto de Mós), das Cortes (Leiria), de Santiago da Guarda (Ansião) e a ampliação do Centro de Saúde das Caldas da Rainha.

Agora mais premente com o fluxo de utentes de Peniche.

É necessário concluir as obras no Hospital Termal das Caldas da Rainha.

A desclassificação do Hospital de Leiria, no Serviço Nacional de Saúde e a sobrecarga das urgências provocada pelo fecho do SAP, trouxe novos problemas.

O Serviço de Urgência do Hospital ficou saturado.

Reclama-se, legitimamente, para o Hospital de Santo André, um serviço de urgência polivalente (SUP).

Também a decisão de encerrar o serviço de urgências do Hospital de Peniche, não teve em conta:

- Nem a vertente marítima do concelho
- Nem a existência da Escala do Mar (com 1000 alunos)
- Nem os fluxos turísticos de fins de semana e época balnear ou de férias

- Peniche tem um crescimento de turismo sénior que é preciso apoiar com estruturas de saúde próximas.

Há portanto uma reorganização apregoada como Reforma que é apenas uma acção política atabalhoada.

Não estamos perante uma Reforma. Se assim fosse, os serviços funcionariam melhor.

O que verificamos é que milhares de pessoas, de Leirienses dos 16 concelhos, ficam em pior situação do

norte ao sul do Distrito. Mais distantes dos cuidados médicos, com mais tempo de espera.

Com menos Saúde.

No final da semana passada, dias 20 e 21 de Abril, realizou-se o IV Congresso do distrito de Leiria e Estremadura promovido pela Associação de Desenvolvimento de Leiria (ADLEI) em estreita parceria com o Instituto Politécnico de Leiria.

Dedicado ao tema “Região de Leiria – cultura de inovação, território de oportunidades” foi o ponto de encontro de Instituições e sociedade civil, de massa crítica da região.

O debate, a análise, a reflexão e as

conclusões permitem encontrar pontos de convergência na diversidade e complementaridade que caracterizam o espaço Região de Leiria, detectando oportunidades ou mobilizando forças, que em aliança possam definir melhor posicionamento estratégico da região no contexto nacional.

O lema era produzir uma cultura de inovação, voltada para o futuro e ao mesmo tempo coesa e competitiva, na criação de oportunidades.

A ADLEI, o IPL, a sociedade civil, as autarquias cumpriram a sua missão.

Assim o Governo esteja à altura de cumprir a missão que lhe cabe no Distrito de Leiria.

## AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 02 DE MAIO DE 2007, 15:00H  
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 119/X (GOV)

(Aprova normas para a protecção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo)

**Proposta de Lei n.º 116/X (GOV)**

(Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro)

QUINTA-FEIRA, DIA 03 DE MAIO DE 2007, 15:00H  
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate de urgência, requerido pelo GP/PEV  
(Sobre o Instituto da Conservação da Natureza)

Discussão conjunta:

Proposta de Lei n.º 121/X (GOV)

Projecto de Lei n.º 286/X (BE)

Projecto de Lei n.º 287/X (BE)

(Altera a Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, que altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais)

**VOTAÇÕES às 18H00**

SEXTA-FEIRA, DIA 04 DE MAIO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Perguntas sectoriais à Presidência do Conselho de Ministros**  
(Sobre Juventude, Desporto, Igualdade de Oportunidades, Imigração e Minorias Étnicas)

Petição n.º 157/X (Pelos Animais - Associação de Sensibilização para os Direitos dos Animais)

(Pedido de medidas que assegurem o tratamento condigno e o fim do extermínio dos animais em canis/gatis municipais)

Petição n.º 260/X (Instituto de Estudos Clássicos e Outros)

(Solicitam que sejam criadas condições para o ensino das Línguas e Culturas Clássicas em todos os níveis de ensino)



## INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANTÓNIO MONTALVÃO MACHADO

A.R., 26 de Abril de 2007

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

Em de 6 de Outubro do ano passado..., o Bloco de Esquerda quis pôr em causa a eficácia da actuação do Ministério Público em determinado processo..., ferindo, nessa medida..., a sua autonomia constitucional.

Em 6 de Outubro do ano passado, o Bloco de Esquerda... o que quis, verdadeiramente..., foi pôr em causa o sistema judiciário português, sujeitando-o a um veredicto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para esse efeito, teve uma ideia: % aproveitar-se de um lapso informático de uma funcionária da PT (no momento em que esta empresa respondia a uma interpelação judicial) e, já está, criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Disse, então, o Deputado Francisco Louça %e passo a citar%... *não existe nada de mais pernicioso para o prestígio da justiça do que a ideia do facilitismo e do esquecimento, do triunfo do subterfúgio, da imposição do escapismo %que é uma palavra que até nem existe, diga-se% e da irresponsabilidade, do convívio com a prepotência protegida ou com a eficácia do adiamento.*

É obra, Senhores Deputados.

Perante esta iniciativa, o Partido

Socialista manifestou-se, **nessa altura e nesta sala, contra.**

Depois disso, o PS, pela voz de outro ilustre deputado, disse à comunicação social que era a favor.

Finalmente, o PS disse que talvez..., ou seja..., que se perguntaria à Procuradoria-Geral da República sobre a existência ou inexistência de alguma pendência processual sobre o tema e..., em caso negativo, criar-se-ia a Comissão de Inquérito.

Com a solidez habitual de pensamento, o PS disse que não, depois, disse que sim e, finalmente, disse que talvez.

O problema, Senhor Presidente, foi que, passados 15 minutos do primeiro depoimento testemunhal, estava confirmado o que todos sabiam há um ano: % que tudo decorrera de um lapso..., de um lapso..., no envio informático de um ficheiro em Excell.

Posto isto, o Bloco de Esquerda...(que tinha proposto a iniciativa) e o Partido Socialista...(que a tinha viabilizado)... que haveriam de fazer para justificar o injustificável?

Era preciso encontrar uma justificação..., uma justificação para a própria existência da Comissão de Inquérito.

Mas, ...é bom que se diga..., uma justificação para se convencerem a si



próprios..., porque os Portugueses já tinham percebido, ...e há muito tempo, o que se tinha passado.

Foi por isso que esses dois Grupos Parlamentares se lembraram de descobrir uma coisa... que ninguém procurara antes... ou procurava então: % uma contradição entre as declarações de representantes do Ministério Público, no processo instaurado na Procuradoria-Geral e nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas que grande conclusão !!

Aliás,... é importante sublinhar, uma conclusão falsa, porque % e como abundantemente se provou%... não foi detectada a mais pequena desconformidade em qualquer dos depoimentos prestados.

Sinceramente, Senhor Presidente e Senhores Deputados..., foi com base num assunto que, verdadeiramente, nunca o foi..., numa questão que já não era antes de o ser..., em algo que estava morto e enterrado há muito tempo (por absoluta inutilidade)... que o BE conseguiu gerar uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senhor Presidente,

Teria sido desejável e adequado que as conclusões desta comissão de inquérito tivessem primado pelo rigor % o que... não aconteceu.

Teria sido desejável e adequado que as conclusões desta comissão de inquérito tivessem respeitado aquilo que exactamente foi dito pelos diversos depoentes % o que também não aconteceu.

Teria sido preciso mais, muito mais..., para que se pudessem tirar conclusões distintas daquelas que foram obtidas pela investigação feita pelo próprio Ministério Público.

Daí que o Partido Social Democrata tenha votado, com todo o sentido de responsabilidade, contra.

Termino, dizendo que esta Comissão cujas conclusões hoje debatemos não prestigiou o Instituto dos Inquéritos Parlamentares.

Por isso, não dignificou o Parlamento.





## Assunção Esteves exige maior empenhamento da UE na defesa dos Direitos Humanos



“A Europa tem mesmo de preencher o vazio deixado por outras potências democráticas na luta pelos direitos humanos.”, afirmou Assunção Esteves

A Deputada do PSD ao Parlamento Europeu, Maria Assunção Esteves participou no debate relativo ao Relatório anual 2006 sobre a acção da UE em matéria de direitos humanos no mundo (Relatório Coveney). Relativamente à pena de morte, Simon COVENEY (PPE/DE, IE), autor do relatório em causa, incita as Presidências a indicarem publicamente os países sobre os quais tencionam focalizar as directrizes da UE sobre a pena de morte dentro da denominada campanha “países no ponto de reversão”, dirigida aos países cuja política sobre a pena capital é flutuante.

Os Eurodeputados encorajam o Conselho e a Comissão a obterem o maior apoio possível para a iniciativa da actual Assembleia-Geral das Nações Unidas a favor de uma moratória universal sobre a pena de morte com vista à sua abolição total. A Comissão dos Assuntos Externos sugere que o Conselho proceda a uma reapreciação das directrizes sobre a pena de morte, considerando que esta reapreciação poderá permitir à UE intervir em “casos individuais particularmente preocupantes” que não se enquadram nas normas mínimas da ONU. O Conselho e a Comissão deverão “aproveitar todas as oportunidades possíveis para apoiar o estabelecimento de coligações abolicionistas regionais”, com particular atenção aos países árabes. O relatório faz uma análise exaustiva sobre a situação dos direitos humanos no mundo em 2006,

referindo-se especificamente aos casos da China, Irão, Rússia e Sudão, entre outros.

Assunção Esteves, Deputada do PPE lembrou que “Foi no coração da Europa, na velha Königsberg, que o filósofo Immanuel Kant enunciou o mais universal princípio da justiça: o homem é um fim em si mesmo. A União Europeia fez-se e cresceu sobre uma cultura de direitos assente na perspectiva de cada indivíduo como ser único e irrepetível. É esta perspectiva que assinala ao projecto europeu um carácter ao mesmo tempo político e moral” afirmou.

“Hoje como nunca, o destino da Europa está marcado pela sua capacidade de assumir a vanguarda na luta pelos direitos no mundo. A Europa é, nesse sentido, é depositária de uma imensa esperança. As fronteiras que nos falta desbravar são precisamente as que separam a barbárie da civilização” disse a Deputada da Comissão de Direitos Humanos.

Para Assunção Esteves “a União Europeia não pode ceder às tentações dos interesses estratégicos e da Realpolitik. Temos de admitir, a Europa tem mesmo de preencher o vazio deixado por outras potências democráticas na luta pelos direitos humanos.”

Segundo a Deputada do PSD “para isso precisa de integração política, capacidade de decisão, de um direito cosmopolita. Precisa de uma Constituição: os direitos humanos como tema transversal a todas as medidas e defendidos em todas as frentes.”

Lembrou também que “os direitos fundamentais não são apenas violados nas penumbras do subdesenvolvimento e das ditaduras. Democracias que se dizem avançadas praticam a pena de morte perante o nosso silêncio. E aqui a União Europeia não pode ter dois pesos e duas medidas.”

Para a Deputada Assunção Esteves, nestes dias de cimeira entre a União Europeia e os Estados Unidos, “seria bom que a pena de morte viesse para a agenda política. Seria bom que a Resolução do Parlamento Europeu sobre a pena de morte ganhasse terreno e deixasse de ser uma quimera solta.”

“Porque uma coisa é certa. O diagnóstico dos grandes problemas que nos ameaçam tem uma resposta na evidência dos direitos humanos. Não há diálogo entre povos, nem fim de conflitos, nem segurança, nem liberdade, se não num mundo mais justo” terminou. - GP/PSD- Brux.

## Carlos Coelho defende reforço dos meios de combate à imigração ilegal



Na sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, o Deputado do PSD Carlos Coelho participou no debate sobre o Relatório Deprez relativo às “Equipas de Intervenção rápida nas fronteiras”.

O Deputado do PSD começou por saudar a iniciativa “num momento em que a Europa atravessa a crise migratória mais importante da sua História. A afluência massiva de imigrantes ilegais às costas europeias, tornou prioritária a adopção de medidas

urgentes.”

“Apesar das regiões mais directamente afectadas serem as do sul da Europa, não podemos encarar este problema como sendo exclusivo desses Estados Membros ou regiões. A imigração irregular maciça e a tragédia humanitária que representa, acaba por trazer consequências para a segurança e a coesão de toda a Europa comunitária.”

Carlos Coelho aplaudiu as várias medidas operacionais relativas à gestão das fronteiras externas marítimas a sul, e designadamente:

- do estabelecimento de um centro de comando operacional nas regiões relevantes para coordenar uma rede de patrulhamento das costas mediterrânicas

- da criação de um Registo Central de Equipamento Técnico disponível (CRATE), que será utilizado para controlo e vigilância nas fronteiras externas, fornecendo os meios necessários (barcos, helicópteros, aviões, etc.) para serem utilizados nas operações conjuntas

- da criação de equipas de intervenção rápida nas fronteiras (RABITS Teams), que deverão proporcionar uma assistência rápida ao nível técnico e operacional, aos Estados Membros que o requererem, contribuindo, assim, para aumentar a solidariedade e a assistência mútua entre Estados Membros.”

Este Regulamento incide sobre o destacamento de equipas de intervenção rápida nas fronteiras, de forma a permitir um auxílio rápido em situações análogas às que têm ocorrido, por exemplo, nas ilhas Canárias. Este apoio será prestado por um período de tempo limitado, em situações excepcionais e urgentes, na sequência de um pedido feito pelo Estado Membro afectado.

A Agência Europeia FRONTEX, segundo Carlos Coelho “deverá ter um papel crucial na coordenação dessa assistência. Deve fazê-lo de forma rápida e eficaz”. Prevê-se uma decisão no prazo de 5 dias e a elaboração de um plano operacional que deverá especificar a duração, a localização geográfica, a missão a desempenhar e a composição, o número e perfil de peritos que cada Estado Membro deverá pôr à disposição para integrar a equipa.

A terminar Carlos Coelho afirmou que “todos temos - Parlamento, Comissão e Conselho - de, no plano institucional, no plano dos recursos humanos e dos recursos financeiros, assegurar os meios necessários para garantir o seu funcionamento eficaz no cumprimento da sua missão.” - GE/PSD



# Relatório de Duarte Freitas aprovado pelo PE em Estrasburgo pede mais verbas para Açores e Madeira

Foi hoje por uma esmagadora maioria no plenário do Parlamento Europeu em Bruxelas, o relatório do Deputado europeu do PSD Duarte Freitas sobre a revisão do POSEI-Pescas.

Este regime de compensação, iniciado em 1992 e prorrogado em 1994, 1995, 1998 e 2002, tem, segundo Duarte Freitas, “funcionado como um balão de oxigénio para o sector das pescas nas Regiões ultraperiféricas, permitindo manter o sector em níveis de competitividade aceitáveis para com o resto dos territórios comunitários”.

O Deputado Europeu do PSD, Duarte Freitas, nomeado relator do Parlamento Europeu para este dossier e que conduziu com sucesso o processo de consulta tinha já garantido a aprovação, em Comissão Parlamentar das Pescas, de um pacote de medidas que incluem todas as preocupações dos Açores e Madeira, como foi reconhecido pelos diferentes quadrantes políticos e pelos representantes do sector em Portugal.

Principais alterações introduzidas:

- Aumento das dotações financeiras,
- A intemporalidade do regime;
- A possibilidade de Ajudas de Estado;
- A não limitação percentual às ajudas de transporte; e
- Possibilidade das indústrias de atum poderem recorrer a atum importado para satisfazerem as suas necessidades de aprovisionamento.

O relatório hoje aprovado pelo PE defende uma série de alterações às soluções da proposta original, que segundo Duarte Freitas “não correspondiam às necessidades das regiões ultraperiféricas”.

Duarte Freitas referiu que “o aumento das dotações financeiras, a intemporalidade do regime, a possibilidade de Ajudas de Estado, a não limitação percentual às ajudas de transporte e a possibilidade das indústrias de atum poderem recorrer a atum importado para satisfazerem as suas necessidades de aprovisionamento são medidas importantes que consegui fossem incluídas no meu relatório”.

Duarte Freitas espera agora que “a posição do Parlamento Europeu possa de alguma forma ajudar na negociação final deste dossier ao nível do Conselho de Ministros dos 27”



## Informação de Background

Desde 1992 que a UE concede apoios específicos aos produtores e produtos da pesca nas RUP's, com o objectivo principal de compensar os sobrecustos relacionados com o transporte desses produtos para os mercados do Continente Europeu. Inicialmente consagrado aos Açores, Madeira e ilhas Canárias, este apoio foi progressivamente alargado aos territórios franceses da Guiana (a partir de 1994) e Reunião (a partir de 1998).

Neste momento, o Parlamento Europeu discute a renovação destes apoios, através de uma proposta de Regulamento do Conselho que pretende garantir para as RUP's um regime de compensação dos custos suplementares relacionados com o escoamento de determinados produtos da pesca nestas regiões.

Como é do conhecimento público as RUP's registam atrasos de desenvolvimento social e económico devido ao afastamento, insularidade, pequena superfície, relevo e clima difícil que caracterizam estas regiões. A dependência económica face a alguns produtos, nos quais se incluem os produtos da pesca, a exiguidade dos mercados e a dupla natureza destas regiões, simultaneamente territórios comunitários e em vias de desenvolvimento, condicionam o seu tecido económico e social. Daqui advêm custos suplementares para os diferentes sectores das suas economias.

O sector das pescas nestas regiões, com uma capacidade de absorção dos mercados locais limitada, tem também que fazer face aos custos suplementares que resultam do transporte para o continente europeu, o que constitui um entrave permanente à rentabilidade dos

investimentos de base e exploração sustentável dos recursos haliéuticos.

Nesse sentido o POSEI Pescas tem sido uma “bomba de oxigénio” que tem permitido às RUP's manter as suas pescas em níveis de competitividade aceitáveis para com o resto dos territórios comunitários, ombreado “taco a taco” com algumas das principais indústrias europeias de pescado.

Embora não existam dados concretos relativamente aos impactos quantitativos que o regime de apoio tem trazido a estas regiões, parece lícito afirmar-se que o regime favorece condições propícias para a prossecução das actividades comerciais dos operadores económicos do sector das pescas, o

que se traduz em última análise, em benefícios socioeconómicos para as populações locais.

É portanto fundamental que este regime de apoio às RUP's se mantenha, e, se possível, evolua no sentido de uma maior adaptação àquilo que são as necessidades do sector no actual enquadramento económico à escala comunitária e mundial.

O aumento da concorrência no mercado comunitário e a sua cada vez maior abertura a mercados emergentes, como os ACP e países da América do Sul, justificam só por si uma maior flexibilidade relativamente à escolha dos produtos e quantidades dos mesmos, elegíveis para compensação. – Marques Duarte

## Aprovadas propostas de Duarte Freitas para o reforço da segurança nas águas europeias

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, o reforço da “segurança nas águas europeias” voltou a estar em destaque na agenda parlamentar, tendo sido aprovado um conjunto de propostas relativas ao tráfego de navios, investigação de acidentes e inspecção de navios em porto, entre as quais algumas do Deputado do PSD Duarte Freitas, Membro da Comissão das Pescas, como por exemplo uma que garante um co-financiamento até 90% na introdução do sistema AIS (Automatic Identification System) nas embarcações com mais de 24 metros. De referir que este sistema tem um custo aproximado de 2 mil euros, o que o poderia tornar num custo demasiado oneroso face à actual conjuntura do sector, se não houvesse este co-financiamento agora proposto pelo PE.

A revisão da directiva relativa ao sistema de acompanhamento e de informação de tráfego de navios é uma das sete componentes do terceiro pacote de segurança marítima.

Para Duarte Freitas o pacote de medidas que vigora no relatório final aprovado “é importante uma vez que pretende aumentar a segurança e a eficácia do tráfego marítimo, melhorar a resposta das autoridades a incidentes, acidentes ou outras situações potencialmente perigosas no mar, incluindo operações de busca e salvamento, e ainda contribuir para uma melhor prevenção e detecção da poluição causada por navios”.

Duarte Freitas referiu que “situações recentes demonstraram que se perde muito tempo na solução de problemas relacionados com catástrofes ocorridas no mar, não se sabendo muito bem quem tem de facto competências para agir face a esta ou aquela ocorrência”.

Por tudo isto o Eurodeputado mostrou-se favorável “à criação de uma autoridade independente com competências para tomar as decisões necessárias que se impõem para garantir assistência a embarcações em perigo para proteger vidas humanas e o ambiente marinho”.

Duarte Freitas congratulou-se ainda com o facto de as embarcações de pesca com menos de 24 metros ficarem isentas da instalação do sistema AIS (sistema de identificação automática) referindo que “a instalação deste dispositivo em embarcações entre os 15 e 24 seria um sacrifício financeiro impossível de suportar para o sector, estando estas embarcações já equipadas com sistemas de VMS”.

Duarte Freitas referiu ainda que “se as embarcações com mais de 24 metros forem obrigadas a instalar o AIS, então deverão ser apoiadas através de um rubrica orçamental específica, podendo esse apoio em alguns casos atingir um co-financiamento de 90%. Esta foi aliás uma proposta minha feita em Julho do ano passado por altura da discussão deste tema na Comissão Parlamentar das Pescas”. - Marques Duarte

30 Anos da Secção do PSD em Bruxelas

## Encontro com o ex-Primeiro Ministro belga e Presidente do PPE, Wilfried Martens

A Secção do PSD de Bruxelas organizou na passada segunda-feira, de 2007, um jantar/debate, que contou com a presença, como convidado de honra, do ex-Primeiro Ministro belga e actual Presidente do Partido Popular Europeu, Wilfried Martens. Este encontro realizou-se por ocasião dos 30 anos da Secção do PSD em Bruxelas.

O jantar contou com a presença de quase uma centena de participantes, entre os quais o Vice-Presidente nacional do PSD, Luís Miguel Pais Antunes, o deputado do PSD pelo círculo da Europa, Carlos Gonçalves, e de muitos emigrantes, alguns dos quais quadros das diferentes instituições europeias.

No início do jantar foi projectada uma mensagem vídeo do Presidente do PSD, Dr. Luís Marques Mendes, que felicitou a Secção pelos seus 30 anos de serviço à comunidade portuguesa na Bélgica e a encorajou relativamente à sua participação activa na resolução dos desafios que se colocam a Portugal.

No decorrer da sessão foram também lidas algumas outras mensagens de parabéns e de solidariedade, enviadas por outras estruturas do PSD na emigração, por alguns dirigentes nacionais e deputados do PSD e outros partidos políticos belgas.

Nas intervenções efectuadas pelos Vice-Presidente do PSD e pelo deputado Carlos Gonçalves, foi destacada a actual situação política em Portugal, tendo sido referido o grande desencanto e mal-estar da sociedade portuguesa face à má governação de José Sócrates e do PS. Foi particularmente referido o facto da economia portuguesa estar a divergir cada vez mais dos níveis de desenvolvimento na Europa; foi referido, por exemplo, que o crescimento da economia portuguesa em 2006 foi não só o pior da União Europeia, mas também de todos os quase 50 países europeus, bem como o facto de a taxa de desemprego em Portugal pela primeira vez ultrapassar a média europeia. Foi ainda feita uma análise particular da situação das Comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Por sua vez, na sua intervenção de fundo, Wilfried Martens debruçou-se sobre o processo de construção europeia, tendo referido nomeadamente que o Partido Popular Europeu, estrutura a que o PSD pertence, deve ser um motor

na resolução dos actuais bloqueios do projecto europeu e um motivo de esperança para todos os cidadãos.

A “soirée” terminou com um animado debate e troca de ideias entre os oradores e a sala, tendo sido

ainda sopradas pelo Presidente Martens as 30 velas de um simbólico bolo de aniversário.



Notícias da Madeira

## Alberto João em campanha eleitoral

O presidente do PSD-M, Alberto João Jardim, alertou sexta-feira os madeirenses para o facto de as sondagens serem “um truque para as pessoas não irem votar”.

“Vamos a eleições no dia 06 de Maio. Eu faço já uma recomendação: Cuidado que vão começar a aparecer sondagens a dizer que o PSD já ganhou. É mentira, só se ganha depois de contados os votos”, avisou num comício na Ponta do Sol.

Em eleições passadas houve sondagens que “nos davam números mais altos mas, nas eleições, tivemos números mais baixos”, lembrou. Por isso, “vamos todos votar”, exortou.

### PSD unido internamente

#### Apoios de Joe Berardo e de Cristiano Ronaldo

Mendistas, santanistas e barrosistas esqueceram por momentos divergências no seio do PSD e apoiam em conjunto a recandidatura de Alberto João Jardim às eleições legislativas de 06 de Maio na Madeira. O

No site da campanha eleitoral do PSD/M, as mensagens de apoio aumentam a cada dia e surgem de diversas personalidades políticas nacionais do PSD, autarcas, várias figuras do desporto regional, nacional e internacional, dirigentes desportivos, empresários e cidadãos.

A primeira mensagem é a do presidente do PSD nacional, Luís

Marques Mendes, que expressa o seu total apoio a Jardim, reconhecendo o “magnífico trabalho ao longo destes anos” desenvolvido na Região, resultante da sua “liderança forte, competência e dedicação à Madeira”.

Critica a “grave injustiça cometida pelo PS e pelo Governo da República em relação à Madeira”, um “ataque nunca antes visto à autonomia da Região, ao PSD/M e ao executivo regional” consubstanciado sobretudo pela aprovação da Lei das Finanças Regionais’.

O líder social-democrata conclui ser “o momento para o povo madeirense exprimir a sua indignação pela injustiça de que foi alvo. De premiar quem o defende e penalizar quem o prejudica. O momento de expressar solidariedade”.

“Se eu fosse madeirense, votaria com convicção em Alberto João Jardim”, escreveu o presidente do grupo parlamentar do PPD/PSD na Assembleia da República, Luís Marques Guedes, Realça ainda a “notável obra” do presidente do governo madeirense, a “ todos os títulos merecedora de elogios e, por si só, credora da renovação da confiança pela parte dos madeirenses”, que enfrentam o “enorme desafio que é vencer a perseguição política e a asfixia financeira do actual poder socialista”.

Também o secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, fala da obra realizada por Jardim e sustenta que as próximas eleições de 06 de Maio



na Madeira são “um combate político pela autonomia regional, para prosseguir no caminho do

desenvolvimento, pelo respeito dos compromissos eleitorais”.

O “barrosista” José Matos Correia salienta que este acto eleitoral é “uma oportunidade para reiterar que só uma autonomia plenamente assumida poderá garantir que a Madeira terá condições para continuar o seu percurso de sucesso”, adiantando que “o PSD/M e Alberto João Jardim merecem o reconhecimento de todos os madeirenses por tudo o que têm feito ao leme da governação”.

Elogios vêm igualmente de Pedro Santana Lopes, que salienta a “prova eloquente de respeito pelos princípios democráticos” dada por Jardim ao decidir demitir-se, adiantando que “Portugal está cheio de políticos e comentadores que nunca ganharam uma eleição e nem nunca fizeram uma obra”.

Rui Gomes da Silva (ex-Ministro dos Assuntos Parlamentares e “santanista” da primeira hora), convencido de que será “reforçada a estabilidade” nas eleições antecipadas 06 de Maio na Madeira, sustenta que a situação fará com que muitos se perguntem “porque não é possível, no Continente, com mais condições,



conseguir atingir os níveis de desenvolvimento que a Madeira tem mantido, com o aprofundamento da autonomia regional”.

Também Manuel Frexes, outro “santanista” (presidente dos Autarcas Sociais Democratas) aplaude a decisão de demitir-se e provocar eleição tomada por Jardim, que considera “inteiramente legítima e de profundo respeito pelos madeirenses”, destacando que o desenvolvimento da Região que se deve “à tenacidade, aos princípios, aos valores, à inteligência e à capacidade” do governante regional.

“A Madeira é o exemplo de que há esperança no país”, conclui.

Na lista surge ainda uma mensagem do deputado “barrosista” Miguel Relvas, na qual refere que, no próximo acto eleitoral na Madeira, está em jogo a “opção entre aqueles que têm uma visão e um projecto para a Madeira e aqueles o que nada demonstraram até hoje e que nada têm para oferecer” e que os madeirenses saberão reconhecer que “só vitória do PSD/M e de Alberto João Jardim garantirá que será prosseguido o caminho do progresso e do desenvolvimento”.

Outra vem de Nuno Morais Sarmiento (ex-Ministro da Presidência) expressando a sua solidariedade e apoio aos militantes do PSD/M e ao seu presidente Alberto João Jardim, afirmando estar disponível para colaborar “consciente da importância particular do acto eleitoral na consolidação do processo da autonomia”. Ainda no campo “barrosista”, José Luís Arnaut (ex-Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro) também elogia Jardim por ser “um fazedor de obra única de desenvolvimento na Madeira. Obra que resulta de um projecto estratégico e da determinação enquanto líder político na intransigente defesa do interesse público e dos compromissos com os eleitores”.

No site da campanha eleitoral do PSD/M estão divulgadas 67 mensagens, entre as quais a do jogador de futebol Cristiano Ronaldo e do empresário Joe Berardo.

### AAJ aos jovens: “defender a Madeira, até depois de morto!”

Alberto João Jardim apelou aos jovens a que defendam a autonomia da Madeira contra Lisboa, o que ele fará, disse, “mesmo depois de morto”.

“Todos vós tendes um desafio que eu, do outro lado, vou observar, nem que faça um comício lá em cima”, disse o candidato à presidência do Governo Regional.

Ao falar num comício do PSD-M em Santa Cruz, no âmbito da campanha eleitoral para as eleições legislativas regionais antecipadas de 6 de Maio, o presidente do PSD-M disse acreditar na juventude e comentou: “Não quero, depois de



morto, ter a maior desilusão”.

“No dia em que nós vemos que a Pátria comum está a ser madrasta para nós, espero que vocês, jovens, tenham a coragem suficiente para acabar com o colonialismo de Lisboa”, acrescentou.

O líder do PSD-M adiantou contudo que, se em vida sentir à sua volta o apoio dos jovens, irá até onde eles o encorajarem - “Eu vou para onde vocês me mandarem”, disse.

“No dia 6 de Maio, esqueçam os partidos, o que está em jogo é a sobrevivência da nossa autonomia. Eles deram-nos as primeiras facadas, eles roubaram-nos e o Sócrates, se tem coragem, venha, aqui, dizer que não tirou dinheiro aos madeirenses”, concluiu.

### Remoção de Sócrates no debate mensal, leva Alberto João a voltar ao tema da “licenciatura” do Primeiro Ministro

O presidente do PSD-M, João Jardim, disse, no sábado passado, que os madeirenses têm “fobia das pessoas que não tornam claras as suas habilitações literárias”, numa alusão à polémica que envolveu a licenciatura do primeiro-ministro pela Universidade Independente.

Alberto João Jardim falava num comício realizado no final da noite de sábado em Loreto, Concelho da Calheta, no âmbito da campanha eleitoral para as legislativas regionais antecipadas do próximo domingo e as suas palavras foram motivadas pela afirmação de José Sócrates dirigidas ao líder do PSD, Marques Mendes, durante o debate mensal com o primeiro-ministro, na passada sexta-feira no Parlamento.

“Queixa-se do ambiente de claustrofobia, mas que ambiente se

vive na Madeira e no Governo Regional da Madeira?”, questionou então José Sócrates, respondendo ele próprio de seguida de forma irónica: “deve ser um ambiente de paraíso democrático”.

Na sua intervenção no comício no Loreto Jardim afirmou: “Nós temos fobia da mentira, não gostamos de mentirosos. Nós temos fobia de incompetentes, não gostamos de incompetentes. Nós temos fobia dos que roubam a Madeira, não gostamos

que violem os nossos direitos. E até temos fobia de pessoas que não tornam claras as suas habilitações literárias, sendo primeiro-ministro”.

O deputado Paulo Rangel, PSD, denunciou um clima de “claustrofobia democrática” que Portugal atravessa, na intervenção proferida na sessão solene do 25 de Abril realizada na passada quarta-feira na Assembleia da República. – **Fonte: TSF, Gab. Imp. PSD/Madeira**

## Jardim espera que Sócrates venha em campanha à Região

O presidente do PSD-M, Alberto João Jardim, declarou estar à espera que o secretário-geral do PS, José Sócrates, a quem chamou indirectamente “fascista”, venha à Madeira na última semana de campanha eleitoral para as eleições de 6 de Maio.

Ao intervir num comício no Estreito de Câmara de Lobos, Alberto João Jardim sublinhou que a Madeira tem de dar um sinal de esperança ao país nas eleições de 6 de Maio: “até estão a vir por aí adiante, o que é bom para os nossos hotéis e pensões, uma série de jornalistas e até já vi dois fascistas - o fascista Manuel Monteiro, que é o fascista mor da Madeira Velha e o fascista Francisco Louçã que queria acabar com a Zona Franca e causar dois mil desempregados”.

“Eu quero que esses fascistas venham todos - continuou - só não vem o que eu estou à espera”, acrescentou numa alusão ao secretário-geral do PS, José Sócrates.

O líder do PSD-M acusou ainda o PS de se “atrever a declarar-se indiferente ao voto dos madeirenses” e que não alterava a Lei de Finanças Regionais “fosse qual fosse o desfecho das eleições”.

Jardim relembrou, assim, a posição declarada pelo ministro da Presidência, Pedro da Silva Pereira, três dias após a sua demissão de presidente do Governo Regional (a 19 de Fevereiro), avisando que nenhum novo quadro eleitoral regional paralisaria a Lei das Finanças Regionais.

“A Lei de Finanças Regionais - disse então Pedro da Silva Pereira - é hoje uma lei da República, para valer em todo o território nacional e é para cumprir. Nenhum quadro eleitoral regional pode alterar essa situação”.

“Eu pergunto - questionou Jardim aos participantes no comício - algum madeirense vai votar num partido que não reconhece o voto democrático dos madeirenses?”.

“Isto é outra vez o tempo de Salazar”, alertou. – **Fonte: Lusa**

Notícias de Aveiro

## Balanço da feira de Março

A Aveiro Expo antecipou a abertura da Feira de Março para 23 de Março, de forma a possibilitar aos visitantes e aos feirantes mais um fim-de-semana, tendo havido, no total, cinco fins-de-semana no decorrer do certame. Informamos que foram vendidos 114,801 bilhetes aos fins-de-semana e Segunda-feira de Páscoa, sendo entrada livre nos restantes dias, assinalando-se um aumento de 9,14 por cento em relação a 2006.

Jorge Greno, presidente do Conselho de Administração da Aveiro Expo, E.M., congratula-se por estes resultados e refere que “a Feira de Março alcança este êxito tendo em conta a organização eficaz e o programa de animação variado. Para a Câmara Municipal é importante que a cidade, no que concerne à realização de eventos, seja um ponto de referência para milhares de pessoas.”

De destacar do programa de animação as actuações de Paulo Gonzo, Mickael Carreira, e dos “Fingertips” que atraíram à Feira de Março mais de dez mil pessoas em cada um destes dias. De realçar ainda que um dos dias com maior afluência de público, para além dos fins-de-semana, foi a Segunda-feira de Páscoa com 13.500 entradas.

### Dia Mundial da Dança

A Câmara Municipal de Aveiro comemorou o Dia Mundial da Dança, 29 de Abril, através da

movimento, os laços entre os pais e filhos, com idade mínima de três anos, e comemorar o Dia Mundial da Dança.

O workshop consistiu em revelar aos pais e aos filhos a dança como uma actividade de descoberta do próprio corpo, enquanto meio de comunicação de conceitos, valores, conhecimentos e emoções de forma a eles próprios explorarem várias formas de o utilizar.

A dança criativa é uma expressão individual e colectiva de ideias, conceitos e emoções exploradas criativamente através do movimento. Sustentada por uma estrutura organizada de conteúdos de movimento da dança, desenvolve a personalidade dos alunos, no âmbito físico, psicológico e intelectual, estimulando a sua natural e espontânea actividade criadora.

A formadora é Inês Negrão que possui a licenciatura em dança e tem alguma experiência na área da dança com as crianças.

Ainda no âmbito do Dia Mundial da Dança, decorreu no Teatro Aveirense, a Maratona da Dança organizada pela REDE – Associação de Estruturas para a Dança, no dia 29 de Abril, com entrada livre.

Assim, durante a tarde e noite, em vários espaços do Teatro Aveirense, foi celebrado o Dia Mundial da Dança através da realização da Maratona no Teatro Aveirense, à semelhança do que aconteceu no ano passado no Balletteatro no Porto e no

O prazo das inscrições para a oitava edição da Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro, está.

Os artistas ainda interessados em participar deverão efectuar a sua inscrição até 4 de Maio para o secretariado da Divisão de Acção Cultural, Casa Municipal da Cultura - Edifício Fernando Távora, Praça da República, 3810-156 Aveiro. Para obter informações detalhadas e a ficha de inscrição podem consultar em [www.cm-aveiro.pt](http://www.cm-aveiro.pt).

A Câmara já recebeu inscrições de artistas de Portugal, Brasil, Eslovénia, Estados Unidos da América e Croácia.

Na Bienal podem participar os artistas, nacionais ou estrangeiros, com um máximo de duas obras que serão seleccionadas pelos membros do júri. As obras poderão ser trabalhos individuais ou colectivos.

Organizada pela Câmara Municipal de Aveiro, a Bienal atribui três prémios: 15.000,00 euros para o primeiro prémio; 10.000,00 euros, para o segundo; e 5.000,00 euros para o terceiro prémio. Para além destes prémios, o júri poderá atribuir Menções Honrosas até ao limite de seis. As obras premiadas, excluindo as Menções Honrosas, ficam a pertencer à Câmara Municipal de Aveiro.

No momento da inscrição os artistas concorrentes são obrigados a apresentar o boletim de inscrição em quadriculado, integralmente preenchido; nota biográfica dactilografada, com um máximo de 20 linhas; pelo menos uma foto da obra, em formato digital ou em alternativa poderão apresentar um diapositivo a cores de cada obra, em filme de 35 mm; e descrição das obras propostas,

com nota explicativa das características técnicas utilizadas, respectivas medidas e posições das peças para efeitos de exposição.

Mediante os elementos apresentados, o júri da Bienal fará uma primeira triagem das obras, sendo comunicado aos concorrentes seleccionados que devem entregar os seus trabalhos até 22 de Junho.

As obras seleccionadas e aquelas dos artistas convidados pela organização estarão em exposição de 8 a 30 de Dezembro, encerrando nos dias 24 e 25 de Dezembro. A mostra poderá ser visitada todos os dias, das 15.00 às 22.00 horas, no Parque de Exposições de Aveiro. Os adultos e crianças com mais de seis anos pagam 1,50 euros e as escolas pagarão 0,50 euros por elemento (mediante marcação prévia).

A VIII Bienal Internacional de Cerâmica Artística pretende contribuir, de forma efectiva, para o desenvolvimento sociocultural e estimular a experimentação e a criatividade; procura ser um espaço aberto ao diálogo, à divulgação e ao confronto de tendências e de contacto com os conceitos actuais de cerâmica artística; tem ainda como objectivo essencial divulgar os caminhos mais significativos da cerâmica artística contemporânea que se faz pelos cinco continentes; mostrar a diversidade formal e a renovação estética que se vem processando, bem como as capacidades dos novos materiais e técnicas postas ao serviço da arte.

### Exposição de Pintura “Espaço, Tempo e Movimento”

No Museu da Cidade, é



realização do “Workshop de dança criativa para pais e filhos”, no Salão Cultural da Casa Municipal da Cultura - Edifício Fernando Távora; e da realização da Maratona da Dança no Teatro Aveirense, durante todo o dia.

Com a realização desta iniciativa, a autarquia aveirense pretende fortalecer, através da dança e do

Teatro Camões em Lisboa.

Realizaram-se também outros espectáculos, performances, instalações, conversas, mostras de vídeo, aulas e muito convívio.

### Oitava edição da Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro



inaugurada a Exposição de Pintura “Espaço, Tempo e Movimento” de Nuno Gandra e da Exposição de Fotografia “Redenção” de Valter Ventura.

Ambas as exposições estarão patentes até 24 de Junho, podendo ser visitadas de Terça-feira a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas, no Museu da Cidade. Têm entrada livre. A exposição de pintura de Nuno Gandra será composta por 9 pinturas de grandes formatos e a de fotografia de Valter Ventura incluirá 8 fotografias de 1m x 1m.

Na pintura de Nuno Gandra, há “movimento, figuras que se deslocam no espaço. Esta confusão contagia a nossa maneira de interpretar uma suposta “interrupção do tempo”” – Joana Rêgo

“Ao olhar para as pinturas de Nuno Gandra esqueço-me do tempo real, objectivo, do tempo mecânico dos relógios. Agora só existe o tempo da duração interior, subjectivo. Entro nelas. Desejo deter o momento. Interrompe-lo. A suspensão determinante do curso das coisas, do curso do tempo. Tudo acontece e é tão bom” – Joana Rêgo (Janeiro 2007).

Nuno Gandra nasceu em Vale de Cambra em 1973. Fez o Curso Técnico de Desenho, na Escola de Artes Soares dos Reis, Porto. Entre 1995 e 2001 frequentou a Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Em 1998, leccionou as disciplinas de EVT e Artes Visuais. Fez ilustração. Em 2000, trabalhou para o Ministério da Saúde como Monitor de Cerâmica e Pintura. A partir de 2002, dedica-se exclusivamente à pintura. Em 2004 foi contratado pela Agência de Publicidade BBDO – Portugal, para “Um Olhar Artístico”, na Campanha Mundial da SANDEMAN.

#### REDEÇÃO

“Um dia disseram-me: “o grande tema da fotografia é a morte”. Faz todo o sentido se entendermos a imagem como fragmento memória, de eternização do inexistente, de suspensão do tempo e do olhar. A fotografia contém sempre essa vontade de recordação - e de perpetuação - de um momento concreto, de um sentimento específico, de uma personagem particular.

Talvez só assim consiga explicar a sensação que os pequenos retratos de cadastro provocaram quando pela primeira vez os vi. Aqueles rostos, tão palpáveis ainda, continuavam a identificá-los e acusá-los pelos crimes que outrora tinham cometido.

Lembrei-me do que escreveu Roland Barthes sobre o Retrato de Lewis Payne (1865), uma imagem de Alexander Gardner mostrando o assassino algemado condenado à morte. Para Barthes a catástrofe inerente àquela fotografia deve-se à eterna espera em que Payne permanece, aguardando ainda hoje o momento da sua execução. Apesar de já ter sido enforcado.

Neste projecto mostro a face dos criminosos da forma como as

encontrei: servindo a sua função inicial de registo policial, de inventário, de instrumento panóptico.

Se por um lado as imagens continuam a recordar uma antiga acusação (como acontece com Lewis Payne), por outro, neste trabalho contraria-se essa característica. A forma não serve a função: ao serem descontextualizadas por um universo familiar, íntimo e privado, os retratados são redimidos da sua eterna condenação” - Valter Ventura

Valter Ventura nasceu em Lisboa em 1979. Licenciou-se em História de Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2002. Foi bolseiro do programa Sócrates-Erasmus na Universidade de Barcelona. Ingressou no Curso Básico de Fotografia do Ar.Co. – Centro de Artes e Comunicação Visual, em 2001. Concluiu o Curso Avançado de Fotografia, com bolsa do Banco Espírito Santo, em 2005. Actualmente é professor assistente do Departamento de Fotografia do Instituto Politécnico de Tomar.

A Câmara Municipal de Aveiro convida o Vosso Órgão de Comunicação Social a estar presente no próximo Sábado, dia 28 de Abril, pelas 18.00 horas, no Museu da Cidade, para assistir às inaugurações da Exposição de Pintura “Espaço, Tempo e Movimento” de Nuno Gandra e da Exposição de Fotografia “Redenção” de Valter Ventura.

Ambas as exposições estarão patentes até 24 de Junho, podendo ser visitadas de Terça-feira a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas, no Museu da Cidade. Têm entrada livre. A exposição de pintura de Nuno Gandra será composta por 9 pinturas de grandes formatos e a de fotografia de Valter Ventura incluirá 8 fotografias de 1m x 1m.

Na pintura de Nuno Gandra, há “movimento, figuras que se deslocam no espaço. Esta confusão contagia a nossa maneira de interpretar uma suposta “interrupção do tempo”” – Joana Rêgo

“Ao olhar para as pinturas de Nuno Gandra esqueço-me do tempo

real, objectivo, do tempo mecânico dos relógios. Agora só existe o tempo da duração interior, subjectivo. Entro nelas. Desejo deter o momento. Interrompe-lo. A suspensão determinante do curso das coisas, do curso do tempo. Tudo acontece e é tão bom” – Joana Rêgo (Janeiro 2007).

Nuno Gandra nasceu em Vale de Cambra em 1973. Fez o Curso Técnico de Desenho, na Escola de Artes Soares dos Reis, Porto. Entre 1995 e 2001 frequentou a Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Em 1998, leccionou as disciplinas de EVT e Artes Visuais. Fez ilustração. Em 2000, trabalhou para o Ministério da Saúde como Monitor de Cerâmica e Pintura. A partir de 2002, dedica-se exclusivamente à pintura. Em 2004 foi contratado pela Agência de Publicidade BBDO – Portugal, para “Um Olhar Artístico”, na Campanha Mundial da SANDEMAN.

REDEÇÃO – Gab. Imp. PSD-Aveiro

## Notícias de Évora

# PS ataca gravemente a agricultura alentejana

Os ataques do Governo PS à Agricultura Alentejana prosseguem, confirmando uma visão política errada, sobre qual o papel do Estado e desvalorizando, senão desprezando, os actores principais, os agricultores.

Todos sabemos ter o Alentejo cerca de um terço geográfico do país com as potencialidades para a criação de uma base agrícola e agroflorestal, que com a criação do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva, se estabeleceram as condições para o desenvolvimento do Alentejo e para contrariar a tendência para a desertificação da região.

Mediante a criação e o acompanhamento de um programa de reconversão das culturas de sequeiro em culturas de regadio, com a introdução das culturas bioenergéticas, potenciadoras do aumento da autonomia energética futura da Região, e com a produção de produtos biológicos, entres outros, poderiam ver satisfazer-se nas populações e nas instituições regionais as maiores expectativas de crescimento e desenvolvimento, o que não aconteceu na realidade até aos dias de hoje.

Com água de Alqueva, solos com bons níveis de fertilidade, tem faltado efectivamente a componente humana, além da falta de visão estratégica do Ministério da Agricultura, para



conjugar estes factores e dinamizar esse desenvolvimento.

A base do apoio aos Agricultores passa pelas suas associações e pela existência de técnicos conhecedores da realidade local e regional, e dotados de formação adequada, que é um garante do apoio necessário aos produtores e demais actores do mundo rural, para em entre-ajuda e através de centros protocolares e associações, se concentrarem na dinamização e inovação deste sector.

O Alentejo está esquecido por este

governo do PS pois, reunidos todos os requisitos, não apresentou legislação própria para o efeito ao nível de incentivos, nem tão pouco, indicações precisas para que a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, que com os potenciais recursos humanos e técnicos que possui, implementasse junto dos agricultores ou suas associações, um programa específico para a realidade actual (possibilidades de reconversão de culturas), com informações técnicas e seu respectivo

acompanhamento.

Aliás, o próprio período de candidaturas ao Regime de Pagamento Único já deveria ter sido aberto há bastante tempo, estando apenas alguns balcões a funcionar, desprotegendo, assim, milhares de agricultores. É mais um índice que nos afasta do resto da Europa!

Por outro lado, que dizer do Plano de Desenvolvimento Rural que o Governo acabou de enviar para Bruxelas? O que se deve dizer é que foi um programa elaborado por um gabinete restrito de pessoas dentro do Ministério da Agricultura, sem que as centenas de sugestões de alterações dos agricultores e das suas associações tivessem sido aceites ou sequer ponderadas. Por outro, deve-se também dizer que um Plano tão

fundamental deixa de fora sectores tão importantes, como é o caso da cortiça, e alheia-se de outros vitais nestes novos tempos, a bioenergia.

Porque em nada disso vislumbramos a acção do Governo, o PSD vem condenar a actual política de pessoal do Ministério da Agricultura. Ao serem colocados em listas de excedentes várias centenas de técnicos das mais variadas especialidades oriundos dos vários serviços da Região, sendo o mais provável deslocarem-se para fora da Região, e com elas muitas mais pessoas, tal facto virá a constituir um factor negativo para o desenvolvimento, e é mais um acelerador da desertificação. Para além do drama humano por detrás de

cada caso, temos o drama social e económico inerente ao facto de muitos e muitos agricultores do Distrito, precisarem de ajuda técnica, e o próprio desenvolvimento futuro a isso o obrigar, e assim desfalcados desses meios, continuarmos a assistir à ocupação lenta do solo alentejano pelos vizinhos espanhóis, que até nesta matéria têm levado a cabo uma política contrária.

Com este tipo de medidas, vai-se minando lentamente a confiança no desenvolvimento local. Porquê? Porque o investimento e a investigação não constam das intenções deste governo PS. E não é só pela inexistência de apoio técnico, mas também porque este tipo de medidas desacredita e desmotiva a

sociedade, pois induz comportamentos sociais de idêntica natureza. E assim, por medidas políticas erradas é com grande preocupação que vemos o futuro, pois a situação criada por este Governo, conduz à degradação das condições de vida e ao abandono destas actividades e do Alentejo.

Estes erros sairão caros numa primeira fase para todos os Alentejanos, mas em seguida para os Portugueses na generalidade.

É nosso firme propósito garantir a todos os eleitores e militantes do Partido Social Democrata, que em Évora, continuaremos a denunciar todas estas situações de pura demagogia e insensatez política. - **CPD de Évora**

## Notícias de Ovar

# Executivo socialista, negligente ou cúmplice? Pergunta a CPS/PSD

Estradas ilegais, embargos não respeitados, construções em espaços de reserva agrícola e espaços comerciais sem licença de utilização – o Executivo socialista é negligente ou cúmplice?

A Comissão Política do PSD de Ovar considera que a credibilidade da Câmara Municipal de Ovar está seriamente afectada pelos diversos casos de desrespeito pela ordem pública e pelo estado de direito democrático que se rege pela Constituição Portuguesa e pelas Leis em vigor.

São situações de construção de estradas por privados sem licença de construção, embargos a obras particulares que não são respeitados, construção de espaços comerciais de venda ao público em plena Reserva Agrícola Nacional e abertura de médias superfícies comerciais sem licença de utilização.

Tudo isto se passa em Ovar em pleno século XXI. E a Câmara Municipal ou não reage ou então reage à posteriori, demonstrando fragilidade e impotência perante tantas ilegalidades e provocações ao quadro legal em vigor.

O PSD de Ovar está muito preocupado com toda esta situação e reitera o apelo para que a Ordem se reponha e termine o “farwest” em que estamos mergulhados.

Vamos analisar quatro exemplos que justificam a nossa preocupação:

1. No dia 18 de Maio de 2006, os Vereadores do PSD solicitaram esclarecimentos relativamente à construção de um edifício destinado a uma média superfície comercial na cidade de Esmoriz.

Os esclarecimentos foram dados por escrito em 5 de Julho de 2006, sendo referido que “numa acção de fiscalização, verificou-se que a unidade comercial estava em funcionamento sem que estivesse munida da licença de utilização, pelo que foi levantado processo de contra-ordenação (...) por violação da alínea d), nº 1, do art.º 98º do DL 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo DL 177/01, de 4 de Junho”

Após esta situação de comprovado desrespeito pelo quadro legal em vigor, oportunamente denunciada pelos Vereadores do PSD, nada mais chegou ao nosso conhecimento.

2. No dia 26 de Junho de 2006, os Vereadores do PSD reiteraram um pedido de esclarecimento sobre a legalidade da construção de um espaço comercial, junto à rotunda do Carregal. Alegadamente, esta construção estaria localizada em Reserva Agrícola Nacional e tinha já sido objecto de embargo por parte da Câmara Municipal de Ovar. Contudo, foi efectuada uma ligação directa à via pública e, apesar do embargo, o espaço comercial estava a funcionar plenamente aberto ao público.

Nessa mesma reunião, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que “o processo estava em tribunal, onde foi apresentado um pedido de suspensão de eficácia do acto administrativo que determinou o encerramento das instalações, e no âmbito do qual a Câmara Municipal iria apresentar a sua contestação”.

O certo é que, até à data, nada mais se soube sobre este assunto, apenas que o espaço comercial continua aberto ao público e a funcionar em pleno.



3. No passado dia 19 de Abril de 2007, os Vereadores do PSD fizeram um pedido de esclarecimento sobre o desrespeito ao embargo de um edifício multifamiliar que estava a ser construído na cidade de Esmoriz.

Este episódio remonta a Novembro de 2005, quando a Câmara Municipal de Ovar analisou o processo em reunião do executivo.

Na altura foi explicado pelo Vereador do Pelouro das Obras Particulares que tinha sido detectado um erro na apreciação do pedido de licenciamento, no ano 2000, tendo o mesmo sido aprovado indevidamente

uma vez que o prédio objecto da operação urbanística estava (está) classificado no PDM como “espaço indústria” e não como “espaço urbano categoria A”.

Assim, o Vereador solicitou um parecer aos serviços jurídicos da CM Ovar, no sentido de serem accionados os procedimentos legais adequados, em particular com vista à declaração de nulidade do respectivo licenciamento.

Com base na informação técnica apresentada, o executivo municipal deliberou, por unanimidade, proceder nos seguintes termos:

a) Declarar a nulidade dos

Notícias de Ponte da Barca

# Sector da Saúde: descalabro da política dos governos do Partido Socialista.

O sector da saúde é um dos melhores exemplos do descalabro da política seguida pelos governos do Partido Socialista.

A defesa do Serviço Nacional de Saúde, (SNS) não deve ser feita apenas através da afirmação de valores como a universalidade e gratuidade de acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, como faz a esquerda.

A universalidade e gratuidade de acesso à saúde são um direito absolutamente impostergável.

A JSD não aceita, em matéria de políticas sociais, lições de ninguém, muito menos daqueles que durante anos governaram o país, e ao invés de construir mais e melhores hospitais e centros de saúde e de introduzirem a noção de eficiência e eficácia na gestão das unidades hospitalares, limitaram-se a aumentar de modo abrupto o défice do SNS.

Orgulhamo-nos da obra do último governo liderado pelo PSD neste domínio.

As reformas introduzidas tiveram como preocupação fundamental o doente e o cidadão.

Foi assim, com a introdução dos medicamentos genéricos, no combate às listas de espera, na criação da Entidade Reguladora da Saúde e com a empresarialização de 31 hospitais.

É fundamental que os portugueses entendam que o SNS é financeiramente suportado com o dinheiro dos seus impostos, pelo que se impõe a sua gestão criteriosa.

Entendemos assim que o desenvolvimento de parcerias público-privadas, através da concessão da gestão de hospitais e centros de saúde, bem como a construção de novas unidades hospitalares em regime de Project Finance, deve ser uma aposta estratégica do Governo.

A JSD entende fundamental que se imponha aos profissionais de saúde a necessidade de optarem entre o exercício da medicina pública ou privada.

É necessário pôr termo ao escândalo da acumulação da medicina privada com a medicina pública. Todos os funcionários públicos trabalham em regime de exclusividade cabendo questionar a razão pela qual aos profissionais de saúde não se impõe igual regra.

Tal clarificação introduziria no sistema profissionais de saúde mais motivados e disponíveis para a prestação de cuidados de saúde de excelência aos cidadãos.

Exige-se ainda a implementação de uma rede de cuidados de saúde primários no qual cada cidadão

disponha de um médico assistente.

Uma verdadeira rede de cuidados de saúde primários permitirá um descongestionamento dos hospitais, designadamente das suas urgências, assim como assegurará mais e melhor saúde para todos.

Propõe-se ainda a introdução de um “cheque-saúde” permitindo-se assim que cada cidadão recorra unidades públicas ou convencionadas para o recurso aos seus cuidados de saúde.

A JSD exige ainda da parte deste governo uma aposta clara nos Centros de Saúde Juvenis.

É fundamental que o PS continue as políticas seguidas pelo anterior governo no domínio do desenvolvimento de políticas de sensibilização, de informação e de acompanhamento em domínios como

a prevenção da toxicod dependência, da sexualidade, do planeamento familiar, da contracepção e das doenças sexualmente transmissíveis.

Entendemos que é absolutamente fundamental que os centros de saúde trabalhem em ligação estreita com as instituições de ensino e em particular com as Escolas do Ensino Secundário, de modo a garantir que a informação chegue aos jovens ao invés de se esperar que os jovens se dirijam ao encontro da informação.

Não entendemos o porque da conduta do Sr. Presidente da Câmara e do seu executivo socialista, pois em vez de defender os verdadeiros interesses da nobre população barquense, defende só e apenas os interesses economicistas e eleitoralistas do Partido Socialista.

## Onde está Ponte da Barca no mapa?

Onde está Ponte da Barca no mapa? Pois... não está (como sempre com este governo)! O que quer dizer, que na Proposta de Requalificação da Nova Rede de Urgências, não consta Ponte da Barca! Não constam os serviços que por cá fazem falta! Não constam as promessas eleitorais! Não consta a verdade de quem guia os destinos do Concelho... enfim, não consta o bem estar dos barquenses (e sim o bem estar dos nossos dirigentes perante o Partido Socialista)!!

É tempo de deixarem de pensar só em si próprios. É tempo de pararem de pensar no seu umbigo. É tempo de pensarem em Ponte da Barca e, sobretudo na Juventude. – CPS/JSD-PSD

## Notícias do Cadaval

# Acção “Cadaval Futuro” foi sucesso cívico e político

A Comissão Política do Partido Social-Democrata – Secção de Cadaval, realizou no passado Domingo, dia 22 de Abril, no Auditório dos Bombeiros Voluntários do Cadaval, a acção CADAVAL FUTURO, que contou com a presença do Secretário-Geral Adjunto do PSD Nacional, Duarte Pacheco, do Presidente da Câmara Municipal do Cadaval, Aristides Sécio, e do Presidente da Comissão Política Distrital do PSD Área Oeste.

Na presença de muitos militantes e simpatizantes de todo o concelho, o Presidente da Comissão Política do PSD Cadaval, Ricardo Coelho, deu o pontapé de saída para aquela que disse ser a primeira de uma série de acções partidárias que terão início durante o mês de Maio, por todas as freguesias do concelho.

Seguiu-se o Secretário-Geral Adjunto Duarte Pacheco, que fez o balanço dos primeiros dois anos de governação socialista, salientou o facto de dois anos depois de muita propaganda do PS, na realidade, a vida dos portugueses não melhorou, com o PIB a crescer menos de metade da média europeia e um terço da vizinha Espanha, um poder

de compra de menos 3.4% comparativamente a 2004, um aumento da carga fiscal de cerca de mais 330 euros cidadão/ano, mais 46.000 desempregados entre 2005/2006, a desertificação e abandono do interior de Portugal continental com o êxodo para Espanha, com a falência económica dos empresários que se vêem impossibilitados de competir com a economia espanhola.

Foram ainda abordadas as áreas da saúde, educação e cultura onde o panorama negativo se mantém, o que não corresponde ao propagandeado pelo governo PS, ao qual a esmagadora maioria dos portugueses confiou o seu futuro, vindo agora as suas expectativas adiadas e sem perspectivas de melhoria.

Aristides Sécio, Presidente da Câmara Municipal, apresentou um resumo do que tem sido a actividade da câmara nestes 5 anos de gestão social democrata, nas áreas da cultura, educação, desporto, acção social, até às obras mais importantes, passando pelo investimento significativo na área do saneamento doméstico.

Aristides Sécio evidenciou obras como a Escola do 1º ciclo E.B. de Chão de Sapo, o Centro Coordenador de

Transportes do Concelho, o Campo de Jogos Municipal e os polidesportivos nas Freguesias de Alguber e Painho, as novas instalações das oficinas da autarquia, o complexo cultural que engloba o Moinho das Castanholas, uma nova Escola do 1º ciclo E.B. e Jardim de Infância, com 13 salas de aula e uma nova Biblioteca Municipal, entre outras.

De seguida abordou os projectos e desafios futuros, dos quais destacamos, a conclusão do PDM, a preocupação com próximo QREN (Planear Cadaval 2015 – novo ciclo de fundos estruturais), a construção do novo Centro de Saúde, a requalificação dos centros urbanos, a remodelação da rede de águas e esgotos e a alteração de trânsito na Vila do Cadaval, as novas áreas de fixação de empresas, a construção de um edifício multiusos, terminando com uma reflexão sobre as oportunidades e os impactos que o Aeroporto da OTA poderá trazer para o Concelho do Cadaval.

A finalizar as intervenções da mesa esteve Lélío Lourenço, Presidente da Comissão Política Distrital do PSD Área Oeste, que referiu estar a terminar o seu mandato à frente da Distrital, mas está pronto para os novos desafios que o Oeste terá de enfrentar, nomeadamente a concretização do Novo Aeroporto na OTA e o que a região pode ganhar com esse facto.

Seguiu-se um período de debate com questões à mesa e algumas reflexões sobre a situação política nacional e local, tendo a acção terminado cerca das 21.00 horas. – CPS/Cadaval-PSD



Notícias dos Açores

## Falta de resultados justifica mudança de governo

O líder do PSD/Açores defendeu, no dia 27 do mês passado, a necessidade de uma mudança política na Região, de forma a que se evite que o arquipélago continue a divergir da União Europeia. “Mil e 300 milhões de euros e sete anos depois os Açores estão em 2006 pior do que estavam em 2000”, afirmou Costa Neves, referindo-se à evolução do PIB regional durante o anterior Quadro Comunitário de Apoio (QCA), numa conferência de imprensa, em que foram apresentadas as conclusões das jornadas parlamentares dos social-democratas, que decorreram em Santa Maria.

Segundo o líder do PSD/Açores, o PIB da Região atingiu em 2000 os 65 por cento da média comunitária e desceu para 63 por cento em 2004, perspectivando-se que a tendência decrescente se mantenha. Costa Neves defendeu, por isso, que é “necessário que se façam mudanças num futuro próximo”, dado que as verbas do actual QCA estão a ser geridas pelo mesmo governo socialista. “Se as propostas são as mesmas e vão ser executadas pelos mesmos, o resultado vai ser o mesmo”, afirmou o líder social-democrata.

O presidente do PSD/Açores lamentou também a “falta de resultados” do modelo de desenvolvimento socialista e garantiu que com os sociais-democratas no poder haverá uma “resposta específica para cada ilha”. “Vamos ter nove planos, desdobrados por sectores e áreas geográficas mais pequenas, como as ilhas que tenham mais concelhos”, assegurou. O objectivo destes planos é, salientou Costa Neves, a “rentabilização das infra-estruturas que já existem e dos dinheiros públicos, e o reforço da economia”, tendo em vista “as melhores condições de vida as pessoas”. “É preciso usar o governo como alavanca para a realização desses objectivos”, defendeu.

Costa Neves criticou ainda o governo regional socialista por “fazer oposição à oposição, em vez de governar”. O líder social-democrata classificou de “disparate dizer-se que a oposição é a culpada das falhas do governo”.

PSD/Açores denuncia falta de sistema de indicação qualitativa do leite na ilha das Flores

### Falta de indicação qualitativa do leite na ilha das Flores

O PSD/Açores denunciou a falta



de indicação qualitativa do leite na ilha das Flores. No âmbito de uma visita oficial à ilha, os deputados António Ventura, que tem a responsabilidade da área da Agricultura no Grupo Parlamentar, e António Maria Gonçalves, eleito pelas Flores, alertaram para essa lacuna e para o facto de aquela ser “a única ilha dos Açores onde a produção de leite tem vindo a baixar desde a campanha 2000/2001, o que, face aos constantes atrasos e recentes cortes nos apoios comunitários pagos aos Agricultores, levou à diminuição dos investimentos agrícolas e à desmotivação dos Produtores”.

Os deputados do PSD/Açores referem que o sistema de indicação qualitativa do leite é da competência do Governo Regional, que tem “faltado na ajuda à melhoria da produção, verificando-se a ausência de Técnicos, a inexistência de formação e informação agrícola adequada, com o subsector da produção da carne a ter de suportar actualmente custos de abate e transporte de bovinos que determinam rendimentos baixos aos Produtores”.

Pretendem pois que o Governo Regional promova um “reconhecimento político” da importância da Agricultura das Flores, nomeadamente como base do progresso socioeconómico da Ilha. Já que a Agricultura pode proporcionar a fixação das populações, contrariando o evidente abandono humano, promover a actividade turística como elemento de uma nova economia, bem como ser um decisivo contributo para a conservação e protecção do meio ambiente”. Após reuniões com a União das Cooperativas e a Associação Agrícola, bem como diversos

contactos com Agricultores florentinos, os deputados laranja puderam constatar que é “fundamental reconhecer-se o papel multifuncional da Agricultura nas Flores”, o que, referem, “resultaria no estabelecimento de políticas agro-rurais específicas para o rejuvenescimento, a fixação de pessoas, a qualidade do leite e da carne e o fortalecimento dos canais de comercialização com o exterior”.

### Agricultura na Ilha das Flores

A Agro-pecuária na Ilha das Flores é muito caracterizada pela sua especificidade produtiva.

Uma especificidade que é marcada pela altitude e inclinação das pastagens que em associação com a versatilidade do clima condicionam os sistemas de exploração da bovinocultura de leite e carne.

A estas características naturais acresce o visível isolamento da Ilha no contexto Regional e nacional devido aos elevados custos dos transportes, às dificuldades de acesso aos mercados de comercialização, à constante fragilidade da regularidade dos transportes marítimos e a um tendente decréscimo da população.

Constatamos que a Agricultura na Ilha das Flores continua periférica na existência de políticas próprias apropriadas à sua singularidade e, na generalidade, continua esquecida.

Um esquecimento que parece perdurar na medida do seu afastamento das restantes ilhas do Arquipélago, pois aqui ainda não existe um sistema de indicação qualitativa do leite da competência do Governo Regional, que ajude os Produtores a melhorarem a sua produção, verifica-se a ausência de Técnicos, a inexistência de formação e informação agrícola adequada e o subsector da produção de carne continua a suportar custos de abate e transporte de bovinos que determinam rendimentos baixos aos Produtores.

Atenda-se que é a única Ilha dos Açores onde a produção de leite tem vindo a baixar desde a campanha 2000/2001.

Acresce ainda os constantes atrasos e os recentes cortes nos apoios comunitários pagos aos Agricultores que implicaram diminuição nos investimentos agrícolas e desmotivação dos Produtores, principalmente nos Jovens.

É nosso entender, que se deve promover um “reconhecimento

político” da importância da Agricultura florentina no progresso socioeconómico da Ilha, por via de aspectos que crescentemente a Agricultura pode proporcionar nesta Ilha como a fixação das populações, contrariando o evidente abandono humano, a atractividade turística como elemento de “nova economia” e o decisivo contributo para a conservação e protecção do meio ambiente, ou seja, é fundamental reconhecer-se o papel multifuncional da Agricultura na Ilha das Flores, o que resulta do estabelecimento de políticas agro-rurais específicas para o rejuvenescimento, a fixação de pessoas, a qualidade do leite e da carne e o fortalecimento dos canais de comercialização com o exterior, impedindo utilizações abusivas da condição arquipelágica desta Ilha.

### PSD da Ribeira Grande lamenta baixa taxa de execução do orçamento camarário

Perante um orçamento cuja responsabilidade foi inteiramente do actual executivo camarário, os eleitos pelo PSD à Assembleia Municipal da Ribeira Grande decidiram abster-se na prestação das contas relativas a 2006, e justificaram a sua posição “tendo em conta a fraca taxa de execução, a pior de sempre, mas sobretudo por respeito pela maioria dos ribeirãograndenses que elegeu a actual Câmara”, e porque, segundo referiram, “as acções do executivo foram empoladas para se anunciar um Plano e Orçamento de muitos milhões, confirmando-se agora que não foram executadas”.

Com efeito, a sobrevalorização das receitas, na sua excessiva previsão, constituiu, para o PSD, um “erro grave do executivo maioritário socialista” e, suportando esta constatação, está o facto das taxas de execução de factores fundamentais ao desenvolvimento do Concelho terem sido muito baixas, designadamente “o Ensino Não Superior com 4,3%, a Acção Social com 0%, a Habitação 42%, o Ordenamento do Território 3%, o Saneamento 12,2%, o Abastecimento de Água 7,7%, os Resíduos Sólidos 47,8%, a Protecção do meio Ambiente 54,4%, a Cultura, 35% e o Desporto e Lazer 40,9%, pois confrontadas com a dotação inicial proposta pela Câmara se consideram penalizadoras. É que de um montante previsto de 17.719.250

euros, apenas foram executados 4.239.657 euros”, referem os responsáveis concelhios do PSD.

Quanto ao índice de execução das Grandes Opções do Plano, por sectores estruturais, foi “de 33,5%, ou seja 7 832 743 €, a mais baixa percentagem desde há muito, sendo que a dotação inicial era de 23 362 772 €, o que resultou num desencontro de mais 15 milhões de euros”. O PSD realça ainda que “o coeficiente de realização do investimento levado a cabo, em 2006, foi de apenas 28,5%, um número indiciador da falta de criação de riqueza no Concelho, com as despesas correntes, ao nível do pessoal, a aumentarem 200 mil euros face a 2005, num cenário geral em subirem assustadoramente para mais do dobro do ano anterior, ou seja, de 101 mil euros para 214 mil euros, isto numa altura de forte constrangimento orçamental”.

Segundo o PSD da Ribeira Grande “não será desta forma que o Concelho conseguirá desenvolver-se e atingir os níveis de qualidade de vida que a população anseia e merece”.

### Em Vila do Porto: Governo pratica políticas erradas nas ilhas da coesão

O líder do PSD/Açores afirmou na semana passada, que o governo regional tem levado a cabo “políticas erradas” nas chamadas “ilhas da coesão”, porque apesar da existência de diversas infra-estruturas a economia das ilhas mais pequenas não se desenvolve.

“Em Santa Maria há infra-estruturas de turismo, um bom aeroporto, um centro de saúde, escolas e um porto, mas não estão a cumprir plenamente a sua função porque as políticas estão erradas”, afirmou Costa Neves, em declarações aos jornalistas, no final de uma reunião com a Associação de Pescadores de Santa Maria, em Vila do Porto, no âmbito das jornadas parlamentares do PSD/Açores.

Segundo o líder social-democrata, com as políticas seguidas pelo governo regional socialista “não há desenvolvimento da economia nem condições para fixar as pessoas” nas ilhas mais pequenas do arquipélago.

Costa Neves manifestou também o seu descrédito nas garantias do governo regional de que vai implementar novas políticas. “Quando o PSD começou a criticar a falta de resultados o governo inventou uma sociedade anónima chamada

‘Ilhas de Valor’ e um fundo de coesão para aplicar nas ilhas mais pequenas, mas nada mudou”, salientou o presidente do PSD/Açores. Para o líder social-democrata, “é preciso é mudar de políticas e mudar já não é com este governo”.

### Liberdade está por cumprir nos Açores

O líder do PSD/Açores afirmou quarta-feira passada que os valores da Liberdade estão actualmente por cumprir na Região. “Trinta e três anos depois do 25 de Abril, a Liberdade está por realizar, neste momento, nos Açores”, disse Costa Neves, durante um jantar com militantes sociais-democratas da ilha de Santa Maria, em Vila do Porto.

Segundo o presidente do PSD/Açores, muitos açorianos queixam-se que “têm medo e não podem intervir politicamente”, sob o risco de “perderem o seu emprego, o dos filhos ou uma promoção na carreira”. Esta situação, garantiu Costa Neves, leva as pessoas a dizer que “não têm condições para participar politicamente no partido da oposição, embora o seu partido seja esse”.

Para o líder dos sociais-democratas açorianos, o PS “comporta-se como uma espécie de formiga branca que come tudo e todos, procurando ocupar todos os espaços”. Costa Neves criticou também o modelo de desenvolvimento socialista, dado que “se tem feito apenas o fácil”. “Têm-se feito infra-estruturas, dado subsídios, muitas vezes para alimentar clientelas, mas não se tem assegurado o desenvolvimento”, afirmou, já que continuam a “faltar resultados”.

O presidente do PSD/Açores deu como exemplo o sector do turismo em Santa Maria, uma das ilhas dos Açores que mais população tem perdido nos últimos anos. “Faltam as pessoas para ocupar as camas dos hotéis, pois uma taxa de ocupação de 16,7 por cento é claramente insuficiente”, ressaltou. Segundo o líder social-democrata, a ilha de Santa Maria até “vai tendo infra-estruturas e o que o dinheiro pode comprar”, só que “não tem aquilo que distingue os bons dos maus governos, os resultados”.

A “falta de resultados”, que é, assegurou Costa Neves, comum às restantes ilhas dos Açores, “não permite

criar riqueza”. “E sem gerar riqueza não é possível fixar a população”, lembrou o presidente do PSD/Açores.

O líder social-democrata salientou que o governo regional socialista “já não tem força nem capacidade para se transformar”. “Cada vez que nós o confrontamos com as suas incapacidades e fragilidades, o governo responde que agora é que vai ser”, afirmou o presidente do PSD/Açores.

“Este governo regional, que leva mais de dez anos de actividade, é um governo decênario”, ironizou. Por isso, considerou o líder social-democrata, “é tempo” do PSD/Açores “demonstrar aos açorianos que agora é que vai ser, mas porque vão ser outros a fazer”.

### Governo conduz Região a situação de bloqueio institucional

O líder do PSD/Açores considerou hoje que o governo regional está a promover um “bloqueio institucional” na Região, ao “desconsiderar, de forma pública, os restantes órgãos de poder e fiscalização da sua acção”.

“O sistema democrático está engasgado e os seus mecanismos não estão a conseguir corresponder”, afirmou Costa Neves, numa conferência de imprensa, em Angra do Heroísmo, referindo-se às “respostas nulas” do governo regional na sessão de perguntas promovida na semana passada pelo grupo parlamentar social-democrata, acerca dos gastos com pessoal de confiança política.

Para o líder social-democrata, a Assembleia Legislativa dos Açores “está limitada nos seus poderes de fiscalização porque o governo regional responde com evasivas às perguntas” dos deputados da oposição. O presidente do PSD/Açores considerou igualmente que o “Tribunal de Contas é desconsiderado, publicamente, por Carlos César, enquanto a Inspeção Regional é dirigida por um agente político”.

A “ausência de respostas” do governo regional às perguntas formuladas pelos social-democratas levou também Costa Neves a afirmar que “a partir de agora, ficam justificadas todas as suspeições”. Apesar do governo socialista “guardar para si a informação que é de todos”, o líder do PSD/Açores garantiu que “não vai baixar os braços até que tudo fique esclarecido, porque a população dos Açores tem o direito de

saber a verdade”.

Costa Neves quer saber “quem pagou, quem recebeu o quê, porquê e para quê” nos 175 estudos encomendados pelo governo nos últimos dois anos, e qual a composição e custos das vinte sociedades anónimas constituídas pelo executivo socialista.

“Continua a ser desmedido o crescimento do sector público empresarial, a partidização das respectivas administrações assume dimensões escandalosas e o governo, não contente com a duplicação das estruturas da administração regional, tem multiplicado o recurso a estudos e pareceres exteriores ao sector público”, afirmou o líder social-democrata.

### Deputados terceirenses do PSD querem saber toda a verdade sobre a Escola Tomás de Borba

Os deputados do PSD eleitos pela Ilha Terceira querem saber, com rigor, em que pé se encontra o processo de construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, em Angra do Heroísmo.

Num requerimento enviado à Assembleia Regional, António Ventura, Carla Bretão e Clélio Meneses, interrogam o executivo sobre uma “obra assumida pelo PS como prioridade em 1996, com verbas previstas desde 1997 e que teve anunciada a sua inauguração para 2002. Uma obra que andou dez anos a vaguear pelos Planos do Governo e nos discursos do PS”, referem os deputados.

Os parlamentares salientam que foi recentemente noticiado que “a construção daquela estrutura educativa não terminará no prazo estabelecido, ou seja, em Setembro do corrente ano, isto apesar do Governo, e por diversas vezes, ter propagandeado que a escola estaria a funcionar no início do próximo ano lectivo”. Assim sendo, e para além “dos atrasos de construção”, dizem os deputados social-democratas, interessa saber “se a obra ultrapassa o valor orçamental previsto, à semelhança do tem ocorrido com outras obras na Terceira como foi o caso da remodelação do Porto das Pipas”.

O requerimento pede ao executivo que informe sobre a data exacta da conclusão da obra, sobre as razões que motivaram o atraso da mesma, e se, no caso de ultrapassagem do orçamento inicial, qual o valor dessa diferença.

## Moção sectorial da JSD/Açores aprovada

A JSD/Açores viu aprovada a moção sectorial que apresentou nos trabalhos do congresso nacional da organização de juventude do PSD, realizado no passado fim-de-semana, na cidade de Espinho. A extinção do cargo de Representante da República para os Açores e a criação de um círculo eleitoral próprio para as eleições ao Parlamento Europeu constituíam as principais reivindicações da moção, apresentada pelo presidente da JSD/Açores, Cláudio Almeida.

Apresentando uma inédita comitiva de 18 delegados, representantes da organização nas nove ilhas dos Açores, o líder dos jovens social-democratas açorianos relevou na sua intervenção que “à maturidade político-administrativa dos Açores, adquirida ao longo de trinta anos de democracia, deve corresponder a responsabilidade e a consciência de que a Autonomia, dos Açores e da Madeira, pode e deve ser objecto de uma constante actualização, cabendo às novas gerações

garantir a sua continuidade, melhorando-a e aprofundando-a”.

Cláudio Almeida defendeu assim a extinção do cargo de Representante da República, por entender que “não faz sentido, em Portugal, considerar que as regiões autónomas necessitem de ter um representante da sua soberania”. O líder da JSD/Açores defendeu também que os Açores devem ter círculo eleitoral próprio nas eleições ao Parlamento Europeu, “à semelhança dos círculos eleitorais já consagrados para as eleições à Assembleia da República”.

No âmbito do 19º congresso nacional da JSD, que elegeu Pedro Rodrigues como novo líder, a representação açoriana viu duplicar a sua representação no Conselho Nacional, tendo agora quatro conselheiros naquele órgão. Para a JSD/Açores, esta situação é considerada “importante” dado que “comprova a importância dada às regiões autónomas nos órgãos máximos da JSD”.

# Novo presidente da JSD realiza a primeira iniciativa do mandato



Realizou-se no dia 24 de Abril a primeira iniciativa da Comissão Política Nacional da JSD recém eleita no passado domingo em Espinho no seu XIX Congresso.

Pedro Rodrigues, presidente da CPN e João Montenegro, Secretário Geral da estrutura, juntamente com Nuno Matias, presidente da distrital de Setúbal da JSD, deslocaram-se ao Seixal para realizar uma campanha de informação acerca do 25 de Abril junto dos estudantes da Escola Secundária Manuel Cargaleiro.

De acordo com Pedro Rodrigues, “este tipo de iniciativas são fundamentais para consciencializar os mais jovens sobre o que significou o 25 de Abril”.

Afirma o novo presidente da JSD que, “num distrito maioritariamente de esquerda é essencial informar os jovens, de forma isenta, a maneira como decorreu a Revolução do Cravos.”

Nesta primeira iniciativa, Pedro Rodrigues e os restantes militantes do Seixal distribuíram aos estudantes uma banda desenhada explicativa do 25 de Abril, passando assim uma mensagem jovem e apelativa acerca de um dos mais marcantes episódios da nossa história recente. – **Gab. Imp.JSD**



## XIX Congresso Nacional da JSD

### Líder da JSD afirma que “Sócrates não tem carácter para governar” Marques Mendes quer País a crescer 3% ao ano em 2009

O ataque político que o novo líder da JSD, Pedro Rodrigues, desferiu no final do congresso a José Sócrates, levando de arrasto o Governo e a Juventude Socialista, vai para além do “inconformismo” de qualquer juventude partidária.

“Já não vou dizer que o primeiro-ministro é o recordista das mentiras, vou falar de falta de carácter que tem revelado sobre as suas habilitações literárias”, declarou Pedro Rodrigues, ao discursar no encerramento do Congresso da JSD, e sob o aplauso de mais de 500 delegados. “É bom que tenham a noção que alguém que mente sobre coisa tão elementar não tem carácter para governar Portugal.”

Pedro Rodrigues, que derrotou Bruno Ventura, líder da “Jota” de Lisboa, por 101 votos, não dispersou energias. Escolheu Sócrates, o Governo do PS - acusado de “desprezar” a juventude, pelo desemprego de milhares de jovens “sem perspectiva” - e a JS como os alvos principais.

“Estamos cansados de propaganda. Este Governo é um clone do Governo Guterres: muita parra e pouca uva. Já vimos o filme”, denunciou,

colando a JS a uma organização seguidista, que “defende os interesses do Governo e não os da juventude portuguesa”.

A intervenção final do congresso pertenceu a Marques Mendes. O líder do PSD defendeu políticas liberais na área económica. “É necessário um novo modelo de governação para Portugal”, afirmou Marques Mendes durante a sessão de encerramento do XIX Congresso da JSD, em Espinho, que elegeu Pedro Rodrigues para a liderança da “jota”.

Fazendo um balanço negativo da governação socialista, acusando o Executivo de ter reduzido a agenda ao combate ao défice público, Marques Mendes defendeu que “as soluções dos últimos anos estão esgotadas, porque as receitas são sempre as mesmas e não levam a lado nenhum”. Desta forma, disse, “não há economia, nem criação de empregos para jovens, nem desenvolvimento para as empresas”.

O líder laranja prometeu que, “quando ganhar as eleições de 2009”, a prioridade do seu governo será “por o País a crescer 3% ao ano”, levando-o a “atingir um rendimento médio de

80% em relação à média comunitária até 2013”.

Para Marques Mendes, o “Governo não tem objectivos, nem tem projecto de desenvolvimento, apenas se limita a fazer navegação à vista”. É um Governo “dirigista na economia e liberal no domínio social, quando deveria ser o contrário”. Quando o PSD for governo, será “liberal na economia para poder ser mais ambicioso na solidariedade social”

Caso seja eleito primeiro-ministro nas próximas legislativas, irá “apoiar as pequenas e médias empresas e criar condições de competitividade, reduzindo a carga fiscal: “Há que ter a coragem de baixar os impostos, para criar riqueza.”

Acusou os socialistas de estarem a “matar o estado social” e de terem

esquecido o investimento na cultura e na protecção do património, enquanto, “no que toca ao ambiente, já lá vão dois anos e ninguém sabe quem é o ministro”.

No domínio da saúde, acusou o Executivo de liberalismo selvagem na gestão, “governando com uma lógica estatística e matemática”. Este é um sector em que “não se pode governar a fazer contas de somar e de subtrair”, pois “há vidas em jogo”.

Quanto à nova Comissão Política Nacional da JSD, Pedro Rodrigues sucede a Daniel Fanguero, que ontem foi eleito presidente da mesa do congresso. O novo secretário-geral é João Montenegro. A lista encabeçada por Pedro Rodrigues obteve 330 votos, contra os 229 conseguidos por Bruno Ventura. – **Gab Imp. JSD**



# Órgãos Nacionais eleitos no XIX Congresso Nacional da JSD

20, 21 e 22 de Abril de 2007 – Espinho

## COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

### Presidente

54068 Pedro Rodrigues

### Vice-Presidentes

54643 Joaquim Biancard Cruz  
20546 Sandro Cesário Sousa  
63733 Paulo Leitão  
93971 José Gonçalo Prior Regalado  
61112 Fernando Miguel Silva

### Secretário-Geral

36422 João Carlos Montenegro

### Vogais

86616 Luis Pedro Alves Nazareth  
90184 Hugo Alexandre Melo Miranda  
21166 André Miguel Conrado Cardoso  
70035 Duarte Filipe B M Marques  
71059 António Ascensão Trindade  
110617 Carlos Eduardo Ribeiro Reis  
63787 Ricardo Bastos Sousa  
112720 Elsa I Ferreira Rodrigues  
109381 Francisco Maria Oom Peres

## MESA DO CONGRESSO

### Presidente

56142 Daniel João Fangueiro

### Vice-Presidentes

56708 Paulo J G Marques Almeida  
50996 Américo Alexandre Brito

### Secretários

78393 Luis Miguel Correia  
149484 Sara Madruga da Costa

## CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

### Distribuição:

Lista A – 4  
Lista B – 3

Lista A - 49604 Bernardo de Freitas Azevedo  
Lista B - 31102 Pedro Miguel Neves de Sousa  
Lista A - 21702 António Carlos Barroso  
Lista B - 63988 Nuno Miguel Benedito  
Lista A - 113275 Rúben Miguel Aguiar Santos  
Lista A - 76502 Vanessa Dias Baptista  
Lista B - 94945 Duarte Nuno Lima Loureiro

## CONSELHO NACIONAL

### Distribuição:

Lista A – 26  
Lista B – 18  
Lista C – 6  
Lista J - 5

Lista A - 80207 Marco Vaqueiro  
Lista B - 62852 Vânia Lopes Neto  
Lista A - 71424 José Domingos Campos Silva  
Lista B - 105080 Rui Armindo Freitas  
Lista A - 47103 João Heitor  
Lista A - 82212 Tiago Patrício Cadima Jorge  
Lista C - 30602 Carlos Jorge Franco  
Lista B - 57917 Emanuel Miranda  
Lista J - 40949 José Alberto Rodrigues  
Lista A - 84340 Rogério Miguel Rebelo  
Lista B - 111754 Vera Isabel Couto Moniz  
Lista A - 55904 Jorge Duarte  
Lista A - 83229 José Manuel Ribeiro Feio  
Lista B - 62388 Rodrigo Neiva Lopes  
Lista A - 140364 Marco Fernandes Freitas  
Lista C - 32238 Pedro Nuno Ruas  
Lista B - 44960 Susana Loureiro Faria  
Lista A - 128722 Filipe Almeida  
Lista J - 36017 Abílio André Brandão Almeida  
Lista A - 61698 Marisa L Oliveira Costa  
Lista B - 71974 Ricardo Henriques Tomás  
Lista A - 47175 Neuza Marques Alves  
Lista B - 53943 Renato Alexandre R Pereira  
Lista A - 109471 Pedro Tinoco  
Lista C - 55493 João Miguel M F de Sá  
Lista A - 96603 João Sousa  
Lista B - 84099 Jorge Adélio Pereira Costa  
Lista J - 103523 Luís Ricardo Beato Pereira  
Lista A - 107821 Jorge Filipe Martins Lima  
Lista B - 118216 André Miguel Coroa  
Lista A - 43670 Vitor Daniel Costa Pereira  
Lista A - 130791 Bruno Miguel Ribeiro Costa  
Lista B - 106994 Leandro Manuel Alves Jorge  
Lista C - 37199 Alberto Amaro Guedes Machado  
Lista A - 87649 Paulo Jorge Bento Páscoa  
Lista B - 74954 Rui Cordeiro  
Lista A - 93862 Ricardo Emanuel P Abreu  
Lista J - 64101 Nuno Eduardo Rosado Leão  
Lista B - 73378 Carla Lopes Neto  
Lista A - 82556 Francisco M Silva Lourenço  
Lista A - 45761 Miguel Soares  
Lista B - 78226 Ivone Gonçalves  
Lista A - 94093 Pedro Miguel Gomes Alves  
Lista C - 112337 Vitor Manuel Palmilha  
Lista B - 86221 Paulo Ricardo Enes  
Lista A - 79365 Ricardo Bessa  
Lista A - 75194 João Paulo Cintra G Costa  
Lista J - 112087 Albano José Correia da Cunha  
Lista B - 90809 Tiago de Melo Cartaxo  
Lista A - 128080 Luis Carlos Tavares Gomes  
Lista B - 109900 Mafalda Freitas  
Lista A - 86838 José Pedro Mesquita Neves  
Lista C - 84915 Hugo Vieira  
Lista A - 120095 Lívio Rómulo Soares Coelho  
Lista B - 154983 Tomás de Almeida Ribeiro



até às 24h00 do dia 30 de Maio (quarta-feira)

## NÚCLEO DO BONFIM (CPS PORTO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo do Bonfim, no Porto, para reunir no próximo dia 1 de Junho, na Sede do Núcleo, sita à Rua de Entreparedes, n.º 80, pelas 19.00, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo do Bonfim.

Notas -A Eleição funcionará em sistema de urna aberta entre as 19.00 e as 23.00.

-A entrega de Listas será efectuada segundo o estipulado nos Estatutos Nacionais do PSD, na Sede da Comissão Política Concelhia sita à Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto.

## ABRANTES

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir no dia 11 de Maio de 2007, pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua de S. Pedro, n.º 12, 1º, Abrantes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação da actividade da Comissão Política Secção.
2. Análise da situação política.

## ALCOUTIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para o dia 2 de Junho de 2007, pelas 17h00, no Salão do Sr. Jaime Cardeira, em Martinlongo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

A entrega das listas deverá ser feita até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da eleição, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção.

## AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Aveiro, para reunir em sessão ordinária, no dia 18 de Maio de 2007 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia de Aveiro, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, n.º 177 – 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.

## MOITA

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Secção do PSD Moita, para reunir no dia 2 de Junho de 2007, sábado, na sede do Núcleo do PSD, Centro Comercial da Zona F, loja 3, no Vale da Amoreira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As eleições decorrerão em sistema de urna aberta entre as 15h30 e as 17h30.

As listas candidatas (Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia), deverão ser entregues

## PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia da Secção de Portimão do PSD, para reunir no dia 2 Junho de 2007 (Sábado), entre as 15h00 e as 19h00, na sede do Partido, sita na Rua Machado Santos, n.º 17, em Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Notas: A entrega das listas deverá ser feita até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da eleição, na Sede Concelhia do PSD de Portimão.

## TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir extraordinariamente no próximo dia 9 de Maio de 2007 (quarta-feira), a partir das 21h00, na sede concelhia do PSD, sita na Rua 9 de Abril, n.º 1 – 3º andar, Torres Vedras, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política actual: Eleições Distritais.

## VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 18 de Maio de 2007 (sexta-feira), pelas 21:30h, na sede concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, Ermesinde com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Organização Interna do PSD Valongo
2. Análise da Situação Política
3. Informações



Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoco os seguintes plenários de secção para reunirem com a seguinte ordem de trabalhos:

## 1 – Eleição dos Conselheiros Distritais da JSD/Porto

### Santo Tirso

Sede do PSD, C.C. Carneiro Pacheco, Loja 5 – Rua Dr. Carneiro Pacheco – 4780 Santo Tirso 3/05 14h às 15h

### Porto

Sede do PSD, Rua Pinheiro Manso, 305 – 4100 – 412 Porto 2/05 20h às 24h  
Vila do Conde Sede do PSD, Praça da República, 7 – 4480 Vila do Conde 2/05 14h às 16h

### Maia

Sede do PSD, Rua Eng. Duarte Pacheco, 987 – 4470 – 151 2/05 10h às 12h.30m

### Penafiel

Sede do PSD, Rua O Penafidense 9, 1º Dto. – 4564 – 858 Penafiel 3/05 15h às 17h

### Paredes

Sede do PSD, Rua 1º Dezembro – Castêlões de Cepeda – 4580 Paredes 2/05 15h às 17h

### Lousada

Sede do PSD, Travessa de S. Sebastião – 4620 Lousada 4/05 21h às 23h

### Póvoa Varzim

Sede do PSD, Praça do Almada, 7, Escritório 1 – 4490 Póvoa de Varzim 2/05 14h às 16h

### Amarante

Sede do PSD, Edifício do Salto – Santa Luzia – 4600 Amarante 2/05 21h.30m às 22h.30m

### Valongo

Sede do PSD, Rua Rodrigues de Freitas, 870 – 4445 Ermesinde 2/05 16h às 18h

### Trofa

Sede do PSD, Parque Industrial Ibacoc, 4785 Trofa 2/05 15h às 22h

### Gondomar

Sede do PSD, Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, 31 – 4420 Gondomar 2/05 18h às 23h

### Paços de Ferreira

Sede do PSD, Avenida dos Templários, 309 – 4590 Paços de Ferreira 4/05 21h às 23h

### Matosinhos

Sede do PSD, Rua Mouzinho de Albuquerque, 64 – 4450 Matosinhos 2/05 21h às 23h

### Baião

Sede do PSD, Rua de Camões – 4640 Baião 2/05 16h às 18h

### Felgueiras

Sede do PSD, Rua Luís de Camões, Loja S/N, R/C – Margaride – 4610 Felgueiras 2/05 21h às 23h

### Marco Canavezes

Sede do PSD, Largo Sacadura Cabral, 8 – 4630 Marco de Canavezes 2/05 21h às 23h

### V. N. Gaia

Sede do PSD, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400 Vila Nova de Gaia 4/05 21h às 23h.30m

a) As listas deverão ser entregues até às 24h00, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na respectiva sede Concelhia, segundo o regulamento eleitoral da JSD

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Porto (Daniel Fangeiro)

## BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Secção de Baião, para reunirem no dia 2 de Junho de 2007, pelas 16 horas, na Sede Concelhia, sita Rua de Camões, em Baião, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Concelhia e da Mesa do Plenário da JSD/Baião.  
Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. O Presidente da Mesa do Conselho Distrital (Daniel Fangeiro)

## VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/Valongo, para reunirem no próximo dia 17 de Maio de 2007, pelas 21 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870, em Ermesinde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
  - 2 – Análise da Situação Política.
- O Presidente da Mesa do Plenário (Luís Ramalho)